

**RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
GUIA DO CANDIDATO**

2016/2017

NÚCLEO DE CONCURSOS DA UFPR

Campus I (Agrárias)

Rua dos Funcionários, 1540 - Juvevê

CEP 80035-050 - Curitiba - PR

tel.: (41) 3313-8800

fax: (41) 3313-8831

COMISSÃO DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão

Rua Gal. Carneiro, 181 - Centro

CEP 80060-900 - Curitiba - PR

REITOR DA UFPR

Prof. Dr. Zaki Akel Sobrinho

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Prof. Dr. Edilson Sergio Silveira

COREMU UFPR 2016

Gerente de Ensino e Pesquisa do CHC-UFPR	Prof. Dr. Eduardo Murilo Novak
Coordenadora da COREMU UFPR	Esp. Vânia Mari Salvi Andrzejewski
Coordenador do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família	Prof. Dr. Rafael Gomes Ditterich
Coordenador do Programa de Residência em Área Profissional da Saúde em Buco-Maxilo-Faciais	Dr. Nelson Luís Barbosa Rebellato
Coordenador do Programa de Residência em Área Profissional da Saúde em Medicina Veterinária - Campus Curitiba	Prof. Dr. Juan Carlos Duque
Coordenadora do Programa de Residência em Área Profissional da Saúde em Medicina Veterinária - Campus Palotina	Profª. Drª. Fabíola Bono Fukushima
Coordenadora do Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Atenção Hospitalar	Esp. Vânia Mari Salvi Andrzejewski
Tutor do Programa de Residência em Área Profissional da Saúde em Buco-Maxilo-Faciais	Prof. Dr. Nelson Costa
Tutora do Programa de Residência em Área Profissional da Saúde em Medicina Veterinária - Campus Curitiba	Profª. Drª. Simone Domit Guérios
Tutor do Programa de Residência em Área Profissional da Saúde em Medicina Veterinária - Campus Palotina	Prof. Dr. Olícius da Cunha
Tutora do Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Atenção Hospitalar	Profª. Rita Aparecida Bernadi Pereira
Tutora do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família	Profª. Drª. Verônica Azevedo Mazza
Preceptora do Programa de Residência em Área Profissional da Saúde em Medicina Veterinária - Campus Curitiba	Palloma Rose
Preceptor do Programa de Residência em Área Profissional da Saúde em Medicina Veterinária - Campus Palotina	Prof. Márcio Hamamura
Coordenador da Área de Fisioterapia no Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Atenção Hospitalar	MSc. Álvaro Luiz Wolff
Preceptora do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família	Leise Carla Dzieciny Ferreira
Representante dos Residentes	Nathaly Lamas Garcez, Stephanie Wolski Ribas, Fabiana Carla Puntel e Giovane Franchesco de Carvalho, Alini Faqueti e Luciana Machado da Silva

DIRETORES E CHEFES DOS DEPARTAMENTOS DA UFPR – 2016

Prof. Dr. Flavio Daniel Saavedra Tomasich	Superintendente do Complexo Hospital Clínicas da UFPR
Prof. Dr. Eduardo Murilo Novak	Gerente de Ensino e Pesquisa do CHC/UFPR
Adm. Marcel Weldt	Gerência Administrativa
Prof. Dr. Adonis Nasr	Gerência de Atenção à Saúde
Profª Drª Claudete Reggiani	Diretora Setor de Ciências Saúde
Prof. Dr. Amadeu Bona Filho	Diretor Setor de Ciências Agrárias
Prof. Dr. Luiz Cláudio Fernandes	Diretor Setor de Ciências Biológicas
Prof. Dr. Valdo Calvallet	Diretor do Setor Litoral
Prof. Dr. Rogério Ribas Lange	Diretor do Hospital Veterinário de Curitiba
Profª. Drª. Laura Christina Macedo Piosiadlo	Chefe Departamento de Enfermagem
Prof. Dr. José Vítor Nogara Borges de Meneses	Chefe Departamento de Estomatologia
Prof. Dr. Carlos Eduardo Rocha Garcia	Chefe Departamento de Farmácia
Prof. Dr.ª Elizabeth Santin	Chefe Departamento de Medicina Veterinária
Profª Drª Regina Maria Vilela	Chefe Departamento de Nutrição
Prof. Dr. Alexandre Dittrich	Chefe Departamento de Psicologia
Prof. Dr. Edevar Daniel	Chefe Departamento Saúde Comunitária
Prof. Dr. Renato Nickel	Chefe Departamento Terapia Ocupacional
Profª Drª Vera Lúcia Israel	Coordenadora Curso de Fisioterapia
Prof. Dr. Jayson Vaz Guimarães	Coordenadora de Câmara do Serviço Social

Calendário

COREMU	
CRONOGRAMA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO	
	Data
Publicação do Edital Normativo	22/08/2016
Recurso frente ao Edital Normativo	25 e 26/08/16
Respostas aos Recursos indeferidos referentes ao Edital Normativo	A Partir de 14/09/16
Publicação do Edital Definitivo	14/09/16
Período de Inscrições (até às 16 horas)	14/09 até às 16h do dia 03/10/16
Período de envio da documentação obrigatória para homologação da inscrição	14/09 até às 16h do dia 03/10/16
Período de Envio (upload) dos documentos referentes a Defesa do Currículo	14/09 a 19/11/16
Solicitação de Atendimento Especial para Realização das Provas	14/09 a 03/10/16
Consulta a Situação e Homologação parcial da Inscrição (confirmação do pagamento)	A Partir de 16/09/16
Solicitação de Isenção de Pagamento da Taxa de Inscrição / CadÚnico	14/09 a 18/09/16
Divulgação do Resultado da Solicitação de Isenção / CadÚnico	21/09/16
Questionamento Quanto ao Resultado da Solicitação de Isenção da Taxa	Até 23/09/16
Término do Período das Inscrições	03/10/16 às 16h
Prazo final para Pagamento das Inscrições Efetuadas	03/10/16
Divulgação da Lista com os Nomes dos Candidatos com as Inscrições Homologadas	19/10/16
Comprovante de Ensalamento 1ª fase (disponível no site www.nc.ufpr.br)	08/11/16
Realização da Prova – 1ª fase	13/11/16
Divulgação do Gabarito Provisório – 1ª Fase	13/11/16
Interposição de Recursos Quanto ao Gabarito Provisório	Das 8h30min de 14/11 até às 17h30min de 15/11/16
Divulgação do Processamento da Leitura Óptica do Cartão-resposta e Imagem Digitalizada (00h00min a 23h59min)	23/11/16
Prazo para Recursos Quanto ao Processamento da Leitura Óptica do Cartão-resposta e Imagem Digitalizada (08h30min até às 17h30min)	23/11/16
Disponibilização dos Resultados dos Recursos aos Candidatos da Prova Objetiva e da Leitura dos Cartões	30/11/16
Divulgação do Gabarito Definitivo – Prova Objetiva	30/11/16
Convocação dos Candidatos para Defesa do Currículo	30/11/2016
Comprovante de Ensalamento para a Defesa do Currículo	02/12/2016
Defesa do Currículo	05 a 09/12/2016

	Divulgação das Notas da análise e defesa do currículo	14/12/2016
	Questionamentos sobre o gabarito e as notas da Defesa do Currículo	15 e 16/12/16
	Respostas aos Recursos Interpostos Quanto a Defesa do Currículo	23/12/16
	Divulgação do Resultado até	23/12/16
	Matrícula ONLINE – preenchimento do formulário de matrícula conforme orientações no site do NC/UFPR	09 a 20/01/17
	Matrícula Presencial dos aprovados	26/01/17 e 02/03/2017
	Início Oficial de Todos os Programas de Residência Médica	02/03/17

Horário de atendimento do Núcleo de Concursos

Atendimento da secretaria: Segunda a sexta-feira, das 08h30min às 17h30min.
Central de Teleatendimento: Segunda a sexta-feira, das 08h00min às 18h00min.

1.	Introdução .	06
2.	Público alvo e vagas	06
3.	Inscrição	08
4.	Conteúdo programático e sugestões bibliográficas	08
5.	Fases da seleção	27
6.	Início das atividades	34

1. Introdução

Os Programas de Residência Multiprofissionais e em Área Profissional da Saúde da Universidade Federal do Paraná são de responsabilidade do Hospital de Clínicas da UFPR, do Hospital Veterinário - Campus I/Curitiba, do Departamento de Estomatologia e do Departamento de Saúde Comunitária. São regulamentados pela Lei nº 11.129 de 30/06/2005 e suas complementações, pelas deliberações da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde do Ministério da Educação/SESu e pelas Resoluções vigentes do Conselho de Ensino e Pesquisa da UFPR. Os Programas estão oficialmente autorizados e credenciados junto ao MEC, emitindo, em favor daqueles que efetivamente cumpram os Programas de Residência, o Certificado de Residência em Saúde, que constitui documento hábil para registro de especialidade junto aos Conselhos de Classe, conforme a legislação em vigor e a especificidade de cada Conselho Profissional. Incluem-se nesta os Regimentos Internos e o Regulamento da Comissão de Residência Multiprofissional da Universidade Federal do Paraná.

O funcionamento dos Programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional de Saúde da UFPR é assegurado pelos seguintes órgãos: Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Setor de Ciências da Saúde, Setor de Ciências Agrárias, Comissão de Residência Multiprofissional em Saúde (COREMU-UFPR), Conselho de Administração do HC, Hospital Veterinário Campus I/Curitiba e pelos diversos Departamentos e Serviços envolvidos, devidamente regulamentados pelos seus Regimentos e pelos Regimentos de cada Programa de Residência da UFPR. Os Programas de Residência estão assim distribuídos: Residência Integrada Multiprofissional em Atenção Hospitalar – Hospital de Clínicas; Residência Multiprofissional em Saúde da Família – Setor de Ciências da Saúde e as Prefeituras Municipais de Colombo/PR, Piraquara/PR e Curitiba/PR; Residência em Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Faciais – Setor de Ciências da Saúde / Departamento de Estomatologia e Residência em Medicina Veterinária – Setor de Ciências Agrárias, Hospital Veterinário.

Os Programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde constituem modalidade de ensino de pós graduação *Lato sensu*, sob a forma de curso de especialização, caracterizado por treinamento em serviço, com **carga horária presencial de 60 (sessenta) horas semanais, duração de 2 (dois) ou 3 (três) anos e em REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA**. De acordo com a legislação vigente, não é permitido ao residente realizar outras atividades, concomitantemente à participação no Programa de Residência, sob pena de exclusão.

A presente Seleção será regida pelas normas constantes neste Guia do Candidato e pelo Edital n.º 31/2016 – COREMU.

2. Público Alvo e Vagas

A seleção para Residência Integrada Multiprofissional em Atenção Hospitalar, Residência Multiprofissional – Programa Saúde da Família, Residência em Área Profissional da Saúde - Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Faciais e Residência em Área Profissional da Saúde Medicina Veterinária Campus I – Curitiba 2016/2017 tem públicos distintos de candidatos formados por diversos profissionais da área da saúde, a saber: enfermagem, farmácia, farmácia-bioquímica, fisioterapia, medicina veterinária, nutrição, odontologia, psicologia, serviço social e terapia ocupacional e que pretendem cursar residência multiprofissional ou em área profissional da saúde. Para todos os programas a seleção será composta de duas fases e as vagas são apresentadas no quadro a seguir.

PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA INTEGRADA MULTIPROFISSIONAL EM ATENÇÃO HOSPITALAR

ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO DO PROGRAMA	ÁREAS PROFISSIONAIS	VAGAS	DURAÇÃO
ATENÇÃO CARDIOVASCULAR	Enfermagem	02	2 anos
	Farmácia	02	2 anos
	Nutrição	02	2 anos
ATENÇÃO EM ONCOLOGIA E HEMATOLOGIA	Enfermagem	03	2 anos
	Farmácia-Bioquímica	02	2 anos

	Farmácia	02	2 anos
	Nutrição	02	2 anos
	Odontologia	02	2 anos
	Psicologia Analítica	02	2 anos
	Serviço Social	01*	2 anos
	Terapia Ocupacional	02	2 anos
SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	Enfermagem	02	2 anos
	Fisioterapia	03	2 anos
	Psicologia Psicanálise	02	2 anos
SAÚDE DO ADULTO E DO IDOSO	Farmácia	02	2 anos
	Fisioterapia	04	2 anos
	Nutrição	03	2 anos
	Psicologia Psicanálise	02	2 anos
	Terapia Ocupacional	02	2 anos
	Serviço Social	01*	2 anos
SAÚDE DA MULHER	Enfermagem	02	2 anos
	Psicologia Psicodrama	01	2 anos
	Serviço Social	01**	2 anos
	Terapia Ocupacional	02	2 anos
ATENÇÃO EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	Enfermagem	03	2 anos
	Farmácia-Bioquímica	01	2 anos
	Fisioterapia	03	2 anos
	Psicologia Psicanálise	02	2 anos
	Serviço Social	01*	2 anos
TOTAL VAGAS OFERTADAS		59 vagas	

*Um percentual das disciplinas específicas de Serviço Social, a ser definido pelo professor responsável pela tutoria do residente, será ministrado no Setor Litoral/UFPR, na cidade de Matinhos.

PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA EM CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA BUCO-MAXILO-FACIAIS

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DO PROGRAMA	ÁREAS PROFISSIONAIS	VAGAS	DURAÇÃO
CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA BUCO-MAXILO-FACIAIS	Odontologia	02	3 anos
TOTAL VAGAS OFERTADAS		02	

PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA EM SAÚDE DA FAMÍLIA

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DO PROGRAMA	ÁREAS PROFISSIONAIS	VAGAS	DURAÇÃO
SAÚDE DA FAMÍLIA	Enfermagem	02	2 anos
	Farmácia	04	2 anos
	Medicina Veterinária	02	2 anos
	Nutrição	04	2 anos
	Odontologia	04	2 anos
	Terapia Ocupacional	02	2 anos
TOTAL VAGAS OFERTADAS		18	

As atividades práticas serão realizadas nas Unidades de Saúde da Família no Município de Colombo/PR, Piraquara/PR e Curitiba/PR, de acordo com

PARA OS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA EM MEDICINA VETERINÁRIA – CAMPOS I/CURITIBA

ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO DOS PROGRAMAS	ÁREAS PROFISSIONAIS	VAGAS	DURAÇÃO
CLÍNICA MÉDICA DE PEQUENOS ANIMAIS	Médico Veterinário	03	2 anos
CLÍNICA CIRÚRGICA DE PEQUENOS ANIMAIS	Médico Veterinário	02	2 anos
CLÍNICA MÉDICA E CIRÚRGICA DE GRANDES ANIMAIS	Médico Veterinário	02	2 anos
CLÍNICA MÉDICA E CIRÚRGICA DE ANIMAIS SELVAGENS - Hospital Veterinário (Curitiba)	Médico Veterinário	02	2 anos
DIAGNÓSTICO POR IMAGEM	Médico Veterinário	01	2 anos
ORNITOPATOLOGIA	Médico Veterinário	01	2 anos
ANESTESIOLOGIA VETERINÁRIA	Médico Veterinário	04	2 anos
PATOLOGIA CLÍNICA VETERINÁRIA	Médico Veterinário	01	2 anos
PATOLOGIA CLÍNICA VETERINÁRIA – Área de atuação em Biologia Molecular	Médico Veterinário	01	2 anos
ODONTOLOGIA VETERINÁRIA	Médico Veterinário	01	2 anos
ONCOLOGIA VETERINÁRIA	Médico Veterinário	01	2 anos
OFTALMOLOGIA VETERINÁRIA	Médico Veterinário	01	2 anos
MEDICINA DO COLETIVO	Médico Veterinário	05	2 anos
PATOLOGIA VETERINÁRIA	Médico Veterinário	02	2 anos
TOTAL VAGAS OFERTADAS			27

Observações:

Para os candidatos formados em universidade estrangeira é necessário que o diploma profissional tenha sido reconhecido pela Embaixada Brasileira em seu país e revalidado por universidade brasileira pública, em conformidade com o disposto no §2 do art. 48 da Lei nº 9394/96, de 20/12/96.

3. Inscrições

Para todos os programas serão aceitas inscrições de candidatos com até 04 anos de formado, sendo que o cálculo de tempo será computado desde a imposição de grau até a assinatura do contrato da residência na UFPR.

Para o envio dos documentos obrigatórios para a homologação da inscrição conforme item 2.7 do Edital nº 31/2016, o candidato deve seguir as instruções contidas no endereço eletrônico www.nc.ufpr.br. Os documentos só serão aceitos em formato pdf. Cada documento deverá ser carregado por item.

4. Conteúdo programático e bibliografia indicada

Conforme o Edital nº XX/2016 em seu item 5.2.

PROGRAMAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS PARA AS ÁREAS DE:

- **ATENÇÃO HOSPITALAR.**
- **CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA BUCO-MAXILO-FACIAIS.**
- **SAÚDE DA FAMÍLIA.**

4.1 CONTEÚDO GERAL

PROGRAMA

Determinantes do processo saúde-doença: condições de vida e trabalho dos indivíduos, famílias e comunidade. Promoção da saúde e prevenção de doenças. História das políticas públicas de saúde no Brasil. Sistema Único de Saúde: princípios e diretrizes; controle social e participação da comunidade; legislações correlatas (referências na bibliografia abaixo). Planejamento, avaliação e organização de

serviços de saúde. Atenção primária à saúde e estratégia saúde da família: princípios, fundamentos e legislação específica (referenciada na bibliografia abaixo). Trabalho em equipe multiprofissional. Redes de Atenção à Saúde: conceitos, atributos essenciais e componentes. Redes Temáticas ou Prioritárias no Sistema Único de Saúde: Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE), Rede Cegonha (atenção à gestante e de atenção à criança até 24 meses), Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência e Rede de Atenção às Doenças e Condições Crônicas. Vigilância em saúde: epidemiológica, vigilância sanitária e ambiental.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.
2. BRASIL. Gabinete da Presidência. Decreto nº 7.508. **Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências**. Brasília-DF, 28 de junho de 2011.
3. BRASIL. **Lei Orgânica da Saúde nº 8.080**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências. Brasília, 19 de setembro de 1990.
4. BRASIL. **Lei Orgânica da Saúde nº 8.142**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS, e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde, e dá outras providências. Brasília, 28 de dezembro de 1990.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica**. (Série E. Legislação em Saúde) Brasília: Ministério da Saúde, 2012, 110 p.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Implantação das Redes de Atenção à Saúde e outras estratégias da SAS/Ministério da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 160 p.
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Diretrizes para o cuidado das pessoas com doenças crônicas nas redes de atenção à saúde e nas linhas de cuidado prioritárias**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 28 p.
8. BRASIL. Ministério da Saúde. **Políticas de saúde no Brasil: um século de luta pelo direito à saúde**. Vídeo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mASmxCU0nIE>>.
9. BRASIL. Ministério da Saúde. **DAB/ Rede Cegonha**. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_redecegonha.php> e <http://dab.saude.gov.br/portaldab/smp_ras.php?conteudo=rede_cegonha>.
10. BRASIL. Ministério da Saúde. **DAB/SMP RAS/ Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde**. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/smp_ras.php?conteudo=rede_deficiencias>.
11. BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. **Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental**. Brasília, 2001.
12. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Atenção Especializada. Área Técnica de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas. Rede de Atenção Psicossocial**. Disponível em <<http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/RAPS.pdf>>.
13. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Atenção Básica. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Saúde Mental**. (Cadernos de Atenção Básica, n. 34) Brasília: Saúde, 2013, 176 p. Disponível em <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_34.pdf>.
14. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada. **Manual instrutivo da Rede de Atenção às Urgências e Emergências no Sistema Único de Saúde (SUS)**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013, 84 p. Disponível em <http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/publicacoes/manual_instrutivo_rede_atencao_urgencias.pdf>.
15. BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 793, de 24 de abril de 2012. **Institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde**. Brasília, 2012.
16. BRASIL. Presidência da República. **Lei Complementar nº 141**. Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo. Brasília-DF, 13 de janeiro de 2012.
17. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Guia de Vigilância em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014, 812 p. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2015/fevereiro/06/guia-vigilancia-saude-Atualizado-05-02-15.pdf>>.
18. CARVALHO, SR. Saúde coletiva e promoção da saúde: sujeito e mudança. **Saúde em Debate**, n. 163. São Paulo: Hucitec, 2005, 183p.
19. CONTANDRIOPOULOS, A. P.; CHAMPAGNE, F.; DENIS, J. L.; PINEAULT, R. Avaliação na área da saúde, conceitos e métodos. In: HARTZ, Z.M.A. **Avaliação em saúde dos modelos conceituais à prática na análise da implementação de programas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. p. 29-48.
20. DIVULGAÇÃO EM SAÚDE PARA DEBATE, n. 52, p. 4-7, fascículo especial de outubro de 2014. Disponível em: <<http://cebes.org.br/site/wp-content/uploads/2014/12/Divulgacao-52.pdf>>.
21. FURTADO JP. **Avaliação de Programas e Serviços**. In: CAMPOS GWS et al. Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo-Rio de Janeiro: Ed. Hucitec, 2006, pp. 715-39.
22. MERHY, Emerson Elias; FEUERWERKER, Laura Camargo Macruz. **Educação Permanente em Saúde: educação, saúde, gestão e produção do cuidado**. In: Ana Cristina de Souza Mandarin; Estélio Gomberg. (Org.). Informar e Educar em Saúde:

análises e experiências (no prelo). 1 ed. Salvador: Editora da UFBA, 2011, v. 1, p. 5-21. Disponível em:

<https://static.atencaobasica.org.br/II_Mostra_EP/EP_Seducacao_saude_gestao_e_producao_do_cuidado_Merhy_e_Laura.pdf>.

23. MERHY, E. E. & FEUERWERKER, L. C. M. **Novo olhar sobre as tecnologias de saúde: uma necessidade contemporânea.** In: MANDARINO A. C. S. & GOMBERG E. (org.). Leituras de Novas Tecnologias e Saúde. São Cristóvão: Editora UFS, 2009, p.
24. OPAS. Organização Panamericana de Saúde. Informe Dawson sobre el futuro de los servicios medicos y afines 1920: informe provisional presentado al Ministerio de Salud de la Gran Bretaña en 1920 por el Consejo Consultivo de Servicios Médicos y Afines. Washington:OMS, 1964. 38p.
Disponível em: <<https://docs.google.com/file/d/0B6q96ZZCFxnXN2RMMnJwam5qbW8/edit>>.
25. OLIVEIRA, Roberta Gondim; GRABOIS, Victor e MENDES JÚNIOR, Walter Vieira (Org.) **Qualificação de gestores do SUS.** Rio de Janeiro, RJ : EAD/Ensp, 2009. 404 p.
Disponível em: <http://faa.edu.br/portal/PDF/livros_eletronicos/medicina/19_qualificacao_gestores_sus.pdf>.
26. ROUQUAYROL, M.Z & ALMEIDA FILHO N. **Epidemiologia e Saúde.** 8 ed. Rio de Janeiro: Medsbook, 2013.
27. STARFIELD, B. Atenção primária - **Equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia.** Brasília: Unesco, Ministério da Saúde, 2002, 725p.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

4.1.2 ENFERMAGEM

ÁREA: ATENÇÃO HOSPITALAR

PROGRAMA

Prevenção de doenças crônico-degenerativas. Prevenção de doenças transmissíveis. Saúde do trabalhador. Relacionamento terapêutico e promoção da saúde mental. Tecnologias e assistência de enfermagem. Assistência de enfermagem ao paciente crítico. Assistência de enfermagem no pré, trans e pós operatório. Assistência de enfermagem ao paciente crônico e família. Assistência de enfermagem ao paciente em situações de urgência e emergência. Assistência à saúde do adulto, idoso, mulher e da criança. A dor e as intervenções de enfermagem. Segurança do paciente. Aspectos éticos e legais da atuação do profissional de enfermagem.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. BONASSA, EM; GATO, MIR. Terapêutica oncológica para enfermeiros e farmacêuticos. São Paulo: Atheneu, 2012.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. **Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso.** 8 ed. rev. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. [Internet]. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_infecciosas_parasitaria_gui_bolso.pdf>.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos de Atenção Primária. N. 30. Procedimentos.** – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. [Internet]. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcd30.pdf>.
4. BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos de Atenção Primária. N. 29. Rastreamento.** Brasília: Ministério da Saúde, 2010. [Internet]. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcd29.pdf>.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos de Atenção Primária. N. 33. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento.** Brasília: Ministério da Saúde, 2012. [Internet]. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/caderno_33.pdf>.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos de Atenção Primária. N. 33. Saúde mental.** Brasília: Ministério da Saúde, 2013. [Internet]. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_34.pdf>.
7. BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia de vigilância em saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 2014. [Internet]. Disponível em: <http://www.hc.ufpr.br/arquivos/guia_vigilancia_saude_completo.pdf>.
8. BRASIL. Ministério da Saúde. **Gestação de alto risco. Manual técnico.** Brasília: Ministério da Saúde, 2012. [Internet]. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_tecnico_gestacao_alto_risco.pdf>.
9. BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos de Atenção Primária. N. 19. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa.** Brasília: Ministério da Saúde, 2007. [Internet]. Disponível em: <<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/abcd19.pdf>>.
10. BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia para o uso de hemocomponentes.** Brasília: Ministério da Saúde, 2010. [Internet]. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_uso_hemocomponentes.pdf>.
11. BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano de ações estratégicas para o enfrentamento de DCNT 2011-2022.** Brasília: Ministério da Saúde, 2011. [Internet]. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_acoes_enfrent_dcnt_2011.pdf>.
12. BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo para a prática de higiene das mãos em serviços de saúde.** 2013. [Internet]. Disponível em: <<http://proqualis.net/sites/proqualis.net/files/000002428z8pha4.pdf>>.
13. BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo de identificação do paciente.** 2013. [Internet]. Disponível em: <<http://proqualis.net/sites/proqualis.net/files/Protocolo%20de%20Identifica%C3%A7%C3%A3o%20do%20Paciente.pdf>>.
14. BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo de segurança na prescrição, uso e administração de medicamento.** 2013. [Internet]. Disponível em: <<http://proqualis.net/sites/proqualis.net/files/000002490IQmwD8.pdf>>.
15. BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo de prevenção de úlcera por pressão.** 2013. [Internet]. Disponível em: <<http://proqualis.net/sites/proqualis.net/files/000002429jFPtGg.pdf>>.
16. BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo de prevenção de quedas.** 2013. [Internet]. Disponível em: <<http://proqualis.net/sites/proqualis.net/files/Protocolo%20-%20Preven%C3%A7%C3%A3o%20de%20Quedas.pdf>>.

17. BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria 485/2005**. Aprova e regulamenta a Norma Regulamentadora n.32 de Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de saúde. 2005. [Internet]. Disponível em: <<http://sbbq.ig.usp.br/arquivos/seguranca/portaria485.pdf>>.
18. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Decreto 94406/87**. Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da enfermagem, e dá outras providências. Conselho Federal de Enfermagem. [Internet]. 1986. [Internet]. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/decreto-n-9440687_4173.html>.
19. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução 259/2001**. Dispõe sobre a Residência em Enfermagem. Conselho Federal de Enfermagem. 2001. [Internet]. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/resoluco-cofen-2592001_4297.html>.
20. DUNCAN, B.B.; SCHIMIDT, M.I.; GIUGLIANI, E.R.J. e colaboradores. **Medicina ambulatorial: condutas de atenção primária e baseadas em evidências**. Porto Alegre: Artmed; 2006.
21. FIGUEIREDO, NMA; MACHADO, WCA. **Tratado cuidados de enfermagem médico-cirúrgica**. São Paulo: Roca, 2012. Vol I e II.
22. HAZINSKI, M.F. **Destaques das Diretrizes da American Heart Association para Ressuscitação Cardiopulmonar e Atendimento Cardiovascular de Emergência**. 2010. [Internet]. Disponível em: <http://www.heart.org/idc/groups/heart-public/@wcm/@ecc/documents/downloadable/ucm_317343.pdf>.
23. HOCKENBERRY, DW. **Wong fundamentos de enfermagem pediátrica**. [tradução de Maria Inês Correa Nascimento] 9ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
24. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (Brasil). **Ações de enfermagem para o controle do câncer: uma proposta de integração ensino-serviço**. / Instituto Nacional de Câncer. – 3. ed. rev. atual. ampl. – Rio de Janeiro: INCA, 2008. [Internet]. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acoes_enfermagem_controle_cancer.pdf>.
25. POTTER, P. **Fundamentos de enfermagem**. [tradução de Mayza Ritomy Ide ... et al.] Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
26. QUEIJO, A.F.; PADILHA, K.G. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 43, n. spe, p. 1018-1025, 2009. [Internet]. Disponível em: <http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/4068/art_QUEIJO_Nursing_Activities_Score_NAS_adaptacao_transcultural_e_2009.pdf?sequence=1>.

4.1.3 FARMÁCIA

ÁREA: ATENÇÃO HOSPITALAR

PROGRAMA

Política de medicamentos no Brasil. Saúde baseada em evidências; Pesquisa Clínica e Ética em Pesquisa. Farmacocinética, Farmacodinâmica e Equivalência Terapêutica. Ciclo de Assistência Farmacêutica e a Farmácia Hospitalar. Farmacoterapia para o tratamento de problemas de saúde ligados as Doenças Infeciosas, Cardiovasculares, Oncológicas, Hematológicas, Diabetes Mellitus, Asma, DPOC, Hepatopatias e Nefropatias em pediatria, adulto, idoso e gestantes.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política nacional de medicamentos 2001/Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2001.
2. Brasil. Ministério da Saúde. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para manejo da infecção pelo HIV em adultos. Brasília - 2013. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2013/55308/protocolo_final_31_7_2015_pdf_30707.pdf>.
3. BRASIL. Legislações brasileiras aplicáveis à farmácia hospitalar, medicamentos, produtos para a saúde e a pesquisa clínica.
4. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia para o Manejo da Asma - 2012. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*. 2012. Nov 1;32 (Suplemento 1):S1-S46.
5. FUCHS, Flavio Danni. *Farmacologia Clínica - Fundamentos da Terapêutica Racional* - 4ª Ed. 2010.
6. GILBERT, David N.. *Guia Sanford Para Terapia Antimicrobiana 2015*. Ac Farmaceutica - Grupo Gen, 2015.
7. GOMES, M. J. V. M.; REIS, A. M. M. *Ciências Farmacêuticas – Uma abordagem em Farmácia Hospitalar*. Ed. Ateneu, 2001.
8. HANSHKOV, V. *Pesquisa clínica no Brasil e responsabilidade ética: Um estudo das normas à luz da Bioética - Biodireito - Âmbito Jurídico*.
9. HIGGINS, J.P.T.; Green, S. *Cochrane Handbook for Systematic Reviews of Interventions*. Version 5.1.0 [updated March 2011]. ed: The Cochrane Collaboration, 2011.
10. KRINSKY DL et al. *Handbook of nonprescription drugs: an interactive approach to self-care*. 18. ed. Washington: American Pharmacists Association; 2014. 104 p.
11. LEXI-COMP INC. *Drug Information Handbook for Oncology*. 13. ed. Rio de Janeiro. 2015.
12. MARGONATO, 2006. As atribuições do farmacêutico na política nacional de medicamentos. v.18, nº 3/4, *Infarma* 2006.
13. NISHIOKA, 2006. Regulação da Pesquisa Clínica no Brasil: Passado, Presente e Futuro. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/medicamentos/pesquisa/artigos/artigo_ph_48_serjio_nishioka.pdf?script=s>.
14. SIMAO, A.F, Prêcoma D.B, Andrade J.P, Correa Filho H, Saraiva J.F.K, Oliveira G.M.M. Sociedade Brasileira de Cardiologia. I Diretriz Brasileira de Prevenção Cardiovascular. *Arq Bras Cardiol*; 2013. p. 101 (6Supl.2): 1–63.
15. SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. VI Diretrizes Brasileiras de Hipertensão. *Arq. Bras. Cardiol*. São Paulo, v. 95, n.1, 2010.

16. SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes: 2014-2015. São Paulo: 2014.
17. SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. V Diretriz Brasileira de Dislipidemias e Prevenção da Aterosclerose. Arq Bras Cardiol 2013.
18. SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. V Diretrizes de Monitoração Ambulatorial da Pressão Arterial (MAPA) e III Diretrizes de Monitoração Residencial da Pressão Arterial (MRPA). Arq. Bras. Cardiol., São Paulo, v. 97, n. 3, Sept. 2011 .
19. SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes: 2013-2014. São Paulo: 2014.
20. STORPIRTIS, S. et al. Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica. Ed. Guanabara Koogan, 2008.
21. SUTTON, A.J.; Abrams, K.R.; Jones, D.R.; Sheldon, T.A.; Song, F. Methods for Meta-Analysis in Medical Research. Wiley: 2000. 317 p.
22. SEMPLICI, S. A. Ética na Pesquisa Clínica Comitês de Bioética: uma visão geral pelo mundo # Ethics in Clinical Research Bioethics Committes: a general view of the world. Rev -Centro Univ São Camilo. 2012;6(2):200-4.
23. REGO, 2015. A proposta de regulamentação ética da pesquisa clínica apresentada ao Senado Brasileiro não interessa aos participantes de pesquisa. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 31(8):1583-1585, ago, 2015.

4.1.4 FARMÁCIA BIOQUÍMICA

ÁREA: ATENÇÃO HOSPITALAR

PROGRAMA

Aspectos clínicos laboratoriais sobre os seguintes temas: Legislação RDC 302 /05. Hematologia. Bacteriologia. Virologia. Parasitologia. Micologia. Bioquímica. Líquidos biológicos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. BERG; J. M.; STRYER, L.; TYMOCZKO, J. L. **Bioquímica**. 7ª ed; Guanabara Koogan, 2014.
2. BURTIS, C.A et al. **Textbook of Clinical Chemistry and Molecular Diagnostics**. 5ªed.; Sauders, 2012.
3. GREER J.P et al. **Wintrobe's Clinical Hematology**, 13ªed. Lippincott Williams e Wilkins, 2014.
4. HOFFBRAND, A.V., PETTIT, J.E., MOSS, P.A.H. **Fundamentos em Hematologia**. 4. ed. Artmed, Porto Alegre, 2004.
5. MANUAL TÉCNICO PARA O DIAGNÓSTICO DA INFECÇÃO PELO HIV. Ministério da Saúde. Brasília, 2014. Disponível em <<https://www.pncq.org.br/Qualinews/BR/Index/173>>.
6. MURRAY, P. R. et al. **Manual of Clinical Microbiology**. v.1 e 2. 9 ed. ASM Press Washington, 2007.
7. NELSON, D. L.; COX, M. M. **Princípios de Bioquímica de Lehninger**. 6ª ed; Artmed, 2014.
8. NEVES, P. D. **Parasitologia Humana**. 11ª ed. São Paulo: Atheneu, 2004.
9. SANTOS, N. S. O; ROMANOS, M. T. V; WIGG, M.D. **Introdução a Virologia Humana**. 3ªed. Editora: Guanabara Koogan, 2015.
10. WINN JR, W et al. **Koneman's Color Atlas and Text Book of Diagnóstico Microbiology**. LWW Press, 6. ed, Philadelphia, 2006.
11. ZAGO, M.A.; FALCÃO, R.P.; PASQUINI, R. **Hematologia fundamentos e prática**. Atheneu, 2001.

4.1.5 FISIOTERAPIA

ÁREA: ATENÇÃO HOSPITALAR

PROGRAMA

Avaliação e tratamento multidimensional do adulto/idoso e pediátrico, em todos os níveis de complexidade. Avaliação e tratamento fisioterapêutico nas clínicas médica, neurologia, infectologia, pediatria e ortopedia. Avaliação e tratamento fisioterapêutico nas clínicas cirúrgicas: ortopedia, cirurgia geral adulto e pediátrica, neurocirurgia. Avaliação e tratamento fisioterapêutico em urgência e emergência, em unidade de terapia intensiva adulto/idoso e pediátrico, UTI neonatal. Modalidades de ventilação mecânica. Avaliação e tratamento fisioterapêutico do paciente com hemofilia e demais coagulopatias.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. CASTILHO-WEINERT, L.V.; FORTI-BELLANI, C.D. **Fisioterapia em Neuropediatria**. Curitiba: Omnipax, 2011 (on line).
2. PRADO, C; VALE, L. A. **Fisioterapia neonatal e pediátrica**. São Paulo: Manole, 2012.
3. ISRAEL,V.L.; BERTOLDI, A.L.S. **Deficiência físico-motora: interface entre educação especial e repertório funcional**. Curitiba: IBPEX, 2010.
4. LONG, T. M; CINTAS, H. L. **Manual de Fisioterapia Pediátrica**. Rio de Janeiro: Revinter, 2001.
5. FERREIRA, A. S. **Lesões nervosas periféricas: diagnóstico e tratamento**. São Paulo: Santos, 2006.
6. CORRÊA. C. L. **Paralisia facial periférica**. São Paulo: Phorte, 2011.
7. MOURA de, E. W; LIMA, E; BORGES, D; CAMPOS E SILVA, P. A. **Fisioterapia: aspectos clínicos e práticos da reabilitação**. 2ªed. São Paulo: Artes Médicas, 2010.
8. GREVE, J.M.D. **Tratado de medicina de reabilitação**. São Paulo: Roca, 2007.
9. MAGEE, D. J. **Avaliação musculoesquelética**. 5ªed. São Paulo: Manole, 2010.
10. KISNER C, COLBY LA. **Exercícios terapêuticos: fundamentos e técnicas**. 5ª ed. São Paulo: Manole, 2009.

11. DUTTON, M. **Fisioterapia ortopédica: exame, avaliação e intervenção**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
12. PACHECO, L. R. L.; WOLFF, A. L. P. **Ortopedia e fisioterapia em hemofilia**. São Paulo: Manole, 2013.
13. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde (CIF)**- São Paulo: Editora da USP, 2003.
14. GUCCIONE, A. A. **Fisioterapia geriátrica**. 2ªed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.
15. REBELATTO, J. R., MORELLI, J. G. S. **Fisioterapia geriátrica: a prática da assistência ao idoso**. São Paulo: Manole, 2004.
16. IRWIN, S. & TECKLIN, J. S. **Fisioterapia Cardiopulmonar**. 3ªed. São Paulo: Manole, 2003.
17. DIRETRIZES BRASILEIRAS DE VENTILAÇÃO MECÂNICA, AMIB, 2013.
18. SARMENTO, G. J. V. **Princípios e práticas de ventilação mecânica**. São Paulo: Manole, 2010.
19. MACHADO, M. G. R. **Bases da fisioterapia respiratória: terapia intensiva e reabilitação**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
20. SARMENTO, G. J. V. **Fisioterapia respiratória no paciente crítico: rotinas clínicas**. 3ed. Barueri: Manole, 2010.

4.1.6 NUTRIÇÃO

ÁREA: ATENÇÃO HOSPITALAR

PROGRAMA

Nutrição no adulto e idoso: Diagnóstico e avaliação nutricional. Terapia nutricional em: Paciente Crítico, Doenças Hematológicas e Oncológicas, HIV/SIDA, Hipertensão Arterial Sistêmica, Dislipidemia, Doença Arterial Coronária Crônica, Insuficiência Cardíaca, Obesidade e Síndrome Metabólica, Diabetes Mellitus, Doenças do Aparelho Digestório, Doenças Cérebro Vasculares, Doenças Renais, Cirurgias do Sistema Digestivo, Erros inatos do metabolismo, alergias e intolerâncias alimentares e em condições psiquiátricas; Terapia Nutricional Enteral e Parenteral; Prevenção de doenças transmitidas por alimentos; Dietas Hospitalares.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. DIRETRIZES DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES (2015-2016) / Adolfo Milech...[et. al.]; organização José Egidio Paulo de Oliveira, Sérgio Vencio - São Paulo: A.C. Farmacêutica, 2016.
2. FIDELIX MSP Manual Orientativo do Cuidado de Nutrição. Associação Brasileira de Nutrição, 2014 disponível em: <<http://www.asbran.org.br/noticias.php?dsid=1265>>.
3. MAHAN, L.K. Escott-Stump, S. Krause: Alimentos, nutrição e dietoterapia. 13º Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013
4. SHILLS M. SHIKE, M, ROSS A. C. et al. Nutrição moderna na saúde e na doença. 12 ed. Barueri: Manole, 2009.
5. SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. VI diretrizes Brasileiras de Hipertensão. Arq HTTP Cardiol 2010;95(1 supl.1). <http://publicacoes.cardiol.br/consenso/2010/Diretriz_hipertensao_associados.pdf>.
6. SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. I Diretriz sobre consumo de gorduras e saúde cardiovascular. Arq HTTP Cardiol. 2013;100(1supl.3). <http://publicacoes.cardiol.br/consenso/2013/Diretriz_Gordura.asp>.
7. SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. I Diretriz Brasileira de Prevenção Cardiovascular, Nº 6, Suplemento 2, Dezembro 2013. Arq HTTP Cardiol 2013;95 (v. 101. n6 supl.2).
8. TOLEDO, D & CASTRO, M. (org). Terapia Nutricional em UTI. RJ: Editora Rubio, 2015.

4.1.7 ODONTOLOGIA

ÁREA: ATENÇÃO HOSPITALAR

PROGRAMA

Estomatologia. Manifestações bucais de doenças sistêmicas. Manejo odontológico do paciente oncológico. Manejo odontológico do paciente com discrasias sanguíneas. Assistência odontológica no pré, trans e pós transplante de medula óssea e quimioterapia antineoplásica. Câncer Bucal e da região de cabeça e pescoço. Neoplasias hematológicas. Falência medular. Exame hematológicos. Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal, Protocolos de referência e contrarreferência em saúde bucal, Telessaúde.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. CAWSON, R.A.; ODELL, E.W. Cawsons – Fundamentos Básicos de Patologia e Medicina Oral, 8ª.ed., Santos Editora, 2013. Capítulos: 01, 16, 17, 22, 23, 35.
2. NEVILLE, B.; BOUQUOT, J.E.; DAMM, D.D.; ALLEN, C.M. Patologia Oral e Maxilofacial, 3ª.ed., Elsevier/Medicina Nacional, Rio de Janeiro, 2009. Capítulos: 10, 13, 16.
4. MARCUCCI G. Fundamentos de Odontologia: Estomatologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. Capítulos: 01, 02.
5. LITTLE, J.W.; FALACE, D.A.; MILLER, C.S.; RHODUS, N.L. Manejo Odontológico do Paciente Clinicamente Comprometido. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. Capítulos: 2, 22, 23, 24, 25, 26.

4.1.8 PSICOLOGIA

ÁREA: ATENÇÃO HOSPITALAR

PROGRAMA

Psicologia Hospitalar. Psicodiagnóstico. Psicologia e SUS. Ansiedade e Depressão. Psicologia Analítica. Psicodrama. Psicanálise. Escuta Clínica. Ética Profissional. Pesquisa em Psicologia. Equipes de Saúde. Psico Oncologia.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. ALBERTI, S. O Adolescente e o Outro. Editora Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 2010.
2. AMORIM, S. & BILOTTA, F. Jung e Saúde: Temas Contemporâneos. Cap. 09 e 15. Paco Editorial. 2014.
3. BAPTISTA, M.N. DIAS, R.R. Psicologia Hospitalar: teoria, aplicações e casos clínicos. Caps. 1, 8 e 11. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
4. CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA. Cadernos de Psicologia Hospitalar CRP 08. Coletânea Coleção Psi - Série Técnica – CRP08. Disponível em: <<http://www.portal.crppr.org.br/download/164.pdf>>.
5. CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA. Resolução CRP nº 005/2007. Institui as normas para preenchimento de prontuários pelos psicólogos dos serviços de saúde. Disponível em: <http://www.portal.crppr.org.br/editor/file/legislacao/resolucao_crp_2007_005.pdf>.
6. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília: CFP, 2015. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/legislacao/codigo-de-etica/>>.
7. DIAS, V.R.C. Psicodrama: Teoria e Prática – Caps. 1 a 4 e 9. Ed. Ágora- São Paulo - 1987.
8. FREUD, S. A Psicopatologia da Vida Cotidiana. Caps. 1 a 6, 7 e 9. In: Obras completas. Vol. VI. Rio de Janeiro Editora Imago, 1987.
9. FREUD, S. Cinco Lições de Psicanálise - lição 2. In: Obras completas. Vol. XI. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
10. FREUD, S. Sobre o Início do Tratamento. In: Obras completas. Vol. XII. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
11. FREUD, S. A Dinâmica da Transferência. In: Obras Completas. Vol. XII. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
12. FREUD, S. Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In: Obras Completas. Vol. XII. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
13. FREUD, S. O inconsciente. In: Obras Completas. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
14. FREUD, S. Tipos de desencadeamento da neurose. Obras completas. Vol. XII. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
15. FREUD, S. Neurose e Psicose. Obras Completas. Vol. XIX. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
16. FREUD, S. O estado neurótico comum. Conf. 24. Obras completas. Vol. XVI. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
17. FREUD, S. A teoria da libido e o narcisismo. Conf. 26. Obras completas. Vol. XVI. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
18. FREUD, S. Luto e Melancolia. Obras completas. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
19. FREUD, S. A perda da realidade na neurose e na psicose. Obras completas. Vol. XIX. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
20. FREUD, S. Inibições sintomas e ansiedade Obras completas. Vol. XX. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
21. GONÇALVES C. S., WOLFF J. C., ALMEIDA W. C. Lições de Psicodrama, Introdução ao Pensamento de J. L. Moreno. Capítulos 4 a 7, 9 e 10. São Paulo, Ágora, 1988.
22. JUNG, C. G. A Dinâmica do inconsciente. Cap. I, VIII, X, XIV Obras Completas, volume VIII. Editora Vozes. Petrópolis, RJ. 1991
23. LACAN, J. O Seminário – livro 11 – Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise. Caps. 2, 5,6,13 e 19. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
24. MOURA, M.D. (organizadora). Psicanálise e Hospital. (Caps. 1, 2, 9 e 10) 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.
25. MOURA, M.D. (organizadora). Oncologia: Clínica do limite terapêutico? Psicanálise e Medicina. Artesan Editora, Belo Horizonte, 2013.
26. PAMPLONA, V. Mulher, Parto e Psicodrama. Capítulos 1 a 4. 1ª ed. São Paulo, Ágora, 1990.
27. PORGE, E. Manifesto pela Psicanálise. Capítulo 1. 1ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2015.
28. ROMARO, RA. Ética na Psicologia. Caps. 3 a 6. Petrópolis: Vozes; 2009.
29. Fórum sobre medicalização da educação e da sociedade. *Nota Técnica: O consumo de psicofármacos no Brasil, dados do sistema nacional de gerenciamento de produtos controlados ANVISA (2007-2014)*. Junho, 2015. Disponível em: <http://medicalizacao.org.br/wp-content/uploads/2015/06/NotaTecnicaForumnet_v2.pdf>.

4.1.9 SERVIÇO SOCIAL

ÁREA: ATENÇÃO HOSPITALAR

PROGRAMA

Ética e regulamentação profissional. Fundamentos e produção do conhecimento do Serviço Social. Serviço Social e Saúde. Sistema Único de Saúde - SUS; Política de Saúde, Gestão e Controle Social; Violência, Direitos Humanos e Sociais.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. A interdisciplinaridade na violência sexual. **Serviço Social e Sociedade**. [on line], Set 2013, n.115, p. 487-507.
2. BAPTISTA, Myrian Veras. Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direitos. **Serviço Social e Sociedade**. [on line], Mar 2012, n.109, p. 179-199.
3. BARROCO, Maria Lucia Silva & TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. Conselho Federal de Serviço Social (organizador). São Paulo; Cortez, 2012.

4. BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. Biblioteca Básica/ Serviço Social. SP: Cortez, 2009.
5. BRAVO, Maria Inês Souza e MENEZES, Juliana Souza Bravo de. *Participação popular e controle social na saúde*. In: BRAVO, Maria Inês Souza Bravo & MENEZES, Juliana Souza Bravo de (orgs). **Saúde na atualidade: por um sistema único de saúde estatal, universal, gratuito e de qualidade**. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2011. (p. 29-33). Disponível em: <http://www.adufRJ.org.br/images/publicacoes_especiais/PDFs/Revista_cadernos_de_Saude_PAGINA.pdf>.
6. BRASIL. **Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições de promoção e recuperação da saúde, a organização e o financiamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8080.htm>.
7. _____. **Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS, e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm>.
8. _____. **Lei 8.662, de 07 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>.
9. _____. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do parágrafo 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de Discriminação contra as mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>.
10. Ministério da Saúde. **Carta dos direitos dos usuários da saúde**. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde. 2011. Disponível em: <<http://www.use.ufscar.br/direitos-e-deveres-dos-usuarios/carta-direitos-usuarios>>.
11. _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Humaniza SUS: Documento base para gestores e trabalhadores do SUS**. 4.ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_gestores_trabalhadores_sus_4ed.pdf>.
12. _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Humanização**. Formação e intervenção - Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 242 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde - Cadernos Humaniza SUS; v. 1). Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_humanizaSUS.pdf>.
13. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Resolução nº. 383 de 29 de março de 1999**. Caracteriza o assistente social como profissional da saúde. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao_383_99.pdf>.
14. _____. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde**. Brasília: CFESS/CRESS, 2010. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf>.
15. CISLAGHI, Juliana Fiuzza. *Hospitais Universitários Federais e Novos Modelos de Gestão: faces da contrarreforma do Estado no Brasil*. In: BRAVO, Maria Inês Souza Bravo & MENEZES, Juliana Souza Bravo de (orgs). **Saúde na atualidade: por um sistema único de saúde estatal, universal, gratuito e de qualidade**. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2011. (p.56-63). Disponível em: <http://www.adufRJ.org.br/images/publicacoes_especiais/PDFs/Revista_cadernos_de_Saude_PAGINA.pdf>.
16. COELHO, Marilene Aparecida **Imediatividade na prática profissional do assistente social**. Orientador: Carlos Eduardo Montaña – Rio de Janeiro: UFRJ, Escola de Serviço Social, 2008. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp108860.pdf>>.
17. CORREA, Maria Valéria Costa. *Controle Social na Saúde*. In: MOTA, Ana Elisabete et al (orgs.). **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. ABEPSS/OPAS, 2006. Serviço social e práticas democráticas na saúde, 2007. (Parte I, . 1-29). Disponível em: <http://www.sbfa.org.br/fnepas/pdf/servico_social_saude/sumario.htm>.
18. CORREIA, Maria Valéria Costa. *Por que ser contra aos novos modelos de gestão do SUS?* In: BRAVO, Maria Inês Souza Bravo & MENEZES, Juliana Souza Bravo de (orgs). **Saúde na atualidade: por um sistema único de saúde estatal, universal, gratuito e de qualidade / Organizadoras**, Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2011. (p. 43-49). Disponível em: <http://www.adufRJ.org.br/images/publicacoes_especiais/PDFs/Revista_cadernos_de_Saude_PAGINA.pdf>.
19. DOCUMENTO: *Contra fatos não há argumentos que sustentem as organizações sociais no Brasil*. In: BRAVO, Maria Inês Souza Bravo & MENEZES, Juliana Souza Bravo de (orgs). **Saúde na atualidade: por um sistema único de saúde estatal, universal, gratuito e de qualidade**. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2011. (p. 65-72). Disponível em: <http://www.adufRJ.org.br/images/publicacoes_especiais/PDFs/Revista_cadernos_de_Saude_PAGINA.pdf>.
20. GRANEMANN, Sara. *Fundações Estatais: Projeto de Estado do Capital*. In: BRAVO, Maria Inês Souza Bravo & MENEZES, Juliana Souza Bravo de (orgs). **Saúde na atualidade: por um sistema único de saúde estatal, universal, gratuito e de qualidade / Organizadoras**, Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2011. (p. 50-55). Disponível em: <http://www.adufRJ.org.br/images/publicacoes_especiais/PDFs/Revista_cadernos_de_Saude_PAGINA.pdf>.
21. IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Capítulo II, itens 2 e 3; Capítulo III, itens 1, 2, 3 e 3.1; Capítulo IV, item 2 e 2.1).
22. MARTINELLI, Maria Lúcia. O trabalho do assistente social em contextos hospitalares: desafios cotidianos. **Serviço Social e Sociedade**. [online]. 2011, n.107, p. 497-508.
23. MONTEIRO, Fernanda de Oliveira. Plantão social: espaço privilegiado para identificação/notificação de violência contra crianças e adolescentes. **Serviço Social e Sociedade**. [on line], Set 2010, n.103, p. 476-502.

24. MOTA, Ana Elisabete et al (orgs.). **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. ABEPSS/OPAS, 2006. Serviço social e práticas democráticas na saúde, 2007. (Parte II). Disponível em: <http://www.sbfa.org.br/fnepas/pdf/servico_social_saude/sumario.htm>.
25. NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro Regina Célia Tamaso Mioto. Sistematização, Planejamento e Avaliação das Ações dos Assistentes Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional Sociais no Campo da Saúde. In: MOTA, Ana Elisabete et al. (Orgs.). Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: <http://www.sbfa.org.br/fnepas/pdf/servico_social_saude/sumario.htm>.
26. RAICHELIS, Raquel; SALVADOR, Evilásio. O Controle Social Democrático na Gestão e Orçamento Público 20 Anos Depois. In: CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Seminário Nacional: Controle Social e a Consolidação do Estado Democrático de Direito**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/livrosite_seminariocontrolesocialCFESS-CRESS.pdf>.
27. VASCONCELOS, Ana Maria de. A prática do Serviço Social. cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
28. SILVA, Giselle Souza da. Financeirização do Capital, Fundo Público e Políticas Sociais em Tempos de Crise. In: BRAVO, Maria Inês Souza Bravo & MENEZES, Juliana Souza Bravo de (orgs). **Saúde na atualidade: por um sistema único de saúde estatal, universal, gratuito e de qualidade**. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2011. (p.10-14). Disponível em: <http://www.adufjr.org.br/images/publicacoes_especiais/PDFs/Revista_cadernos_de_Saude_PAGINA.pdf>.
29. SILVEIRA JUNIOR, Adilson Aquino. Pesquisa em Serviço Social e fundamentos da perspectiva teórico-metodológica marxiana. **Revista Katálysis** [online]. 2012, vol.15, n.2, p.221-229.
30. TEJADAS, Silvia da Silva. Serviço Social e Ministério Público: aproximações mediadas pela defesa e garantia de direitos humanos. **Serviço Social e Sociedade**. [on line], Set 2013, n.115, p. 462-486.

4.1.10 TERAPIA OCUPACIONAL

ÁREA: ATENÇÃO HOSPITALAR

PROGRAMA

O adolescente, o adulto e idoso, sua família e a hospitalização. As transformações do cotidiano e reações psicossociais aos processos de adoecimento e hospitalização. Prevenção de infecção hospitalar e segurança do paciente. Equipe multiprofissional em contextos Hospitalares. Morte, Luto e Perdas. Cuidados Paliativos. A Atuação do Terapeuta Ocupacional em Contexto Hospitalar nas Condições Clínicas Predominantes nas Áreas de Clínica Cirúrgica, Clínica Médica, Hematologia, Infectologia, Neurologia e Oncologia e Saúde da Mulher, Interconsulta de Terapia Ocupacional. Programas de Humanização e Terapia Ocupacional. Fundamentos da Terapia Ocupacional. Modelos e Abordagens da Terapia Ocupacional. Métodos e Técnicas de Avaliação. Atividades e Recursos Terapêuticos em Terapia Ocupacional. Ética e Regulamentação Profissional.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. AOTA. Estrutura da Prática da Terapia Ocupacional: Domínio e Processo 3.ª ed. Occupational therapy practice framework: Domain and process- (3rd ed.). Tradução de: Alessandra Cavalcanti, Fabiana Caetano Martins Silva e Dutra e Valéria Meirelles Carril Elui;,(versão original: *American Journal of Occupational Therapy*, 68(Supl.1), S1–S48.<http://dx.doi.org/10.5014/ajot.2014.682006>). Rev Ter Ocup USP [Internet]. 2015 [acesso em 2015 ago 2] jan.-abr; 26(ed. esp.):1-49. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rto/issue/download/7332/287>>.
2. Botega, N.J. (Org.). Prática psiquiátrica no hospital geral: interconsulta e emergência. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.cap. 2, 3, 4,13,14,15,18,19, 21, 22, 23, 24, 25, 26,31, 32.
3. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS. Brasília: Ministério da saúde, 2004 (Série B. Textos Básicos de Saúde) [acesso em 27 jul 2015]; Disponível em: <http://bvmsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Humanizasus_2004.pdf>.
4. Cavalcanti, A.; Galvão, C., organizadoras. Terapia Ocupacional – Fundamentação & Prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007, cap. 5,6, 9,10, 12, 39, 43, 44, 45,46, 47, 48, 51, 55, 56.
5. Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Resolução nº425, De 08 de julho de 2013. Estabelece o Código de Ética e Deontologia da Terapia Ocupacional. (D.O.U.nº 147, Seção 1 de 01 ago 2013. [Internet]. [acesso em 2015 jul 28]. Disponível em: <<http://www.coffito.org.br>>.
6. De Carlo, M. M. R. P.; Bartalotti, C. C. Terapia Ocupacional no Brasil - Fundamentos e Perspectivas. 3. ed, São Paulo: Plexus, 2001.
7. De Carlo, M. M. R. P.; Luzo, M. C. M. Terapia Ocupacional: Reabilitação Física e Contextos Hospitalares. São Paulo: Roca, 2004, cap. 1, 4, 5, 6, 10, 12, 13.
8. De Carlo, M. M. R. P.; Queiroz, M. E. G. Dor e Cuidados Paliativos: Terapia Ocupacional e Interdisciplinaridade. São Paulo: Roca, 2008.
9. Othero, M. B. (Org.). Terapia Ocupacional – Práticas em Oncologia. São Paulo: Roca, 2010, cap. 1, 2, 3, 4, 5, 13, 19.
10. Galheigo, S. M. Terapia ocupacional, a produção do cuidado em saúde e o lugar do hospital: reflexões sobre a constituição de um campo de saber e prática. Rev Ter. Ocup USP [Internet] . 2008 jan./abr [acesso em 2015 jul 28] 19(1): p. 20-28.
11. Hagedorn, R. Fundamentos da prática em Terapia Ocupacional. Trad.José Batista. rev. técnica Selma Lacman. São Paulo: Dynamis, 1999. cap. 5, 10.

12. Hagedorn, R. Ferramentas para a Prática em Terapia Ocupacional: uma abordagem estruturada aos conhecimentos e processos centrais. Tradução por Melissa Ticko Muramoto. São Paulo: Roca, 2007, cap. 2, 11, 13, 14, 15.
13. Neistadt, M.; Crepeau, E. B. Willard & Spackman - Terapia Ocupacional. 9 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002, cap. 19, 35, 39.
14. Pedretti, L. W.; Early, M. B. Terapia Ocupacional: Capacidades Práticas para as Disfunções Físicas. São Paulo: Roca, 2005.
15. Trombly, A. C.; Radomski, M. V. Terapia Ocupacional para Disfunções Físicas. 5. ed. São Paulo: Santos, 2005, cap., 11, 30, 32, 38, 40, 44, 47.

4.1.11 ENFERMAGEM

ÁREA: PSF – PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA

PROGRAMAS

Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente. Atenção à Saúde da Mulher. Atenção à Saúde do Adulto. Atenção à Saúde do Idoso. Atenção em Saúde Mental. Lei do Exercício Profissional e código de Ética. Normas e Práticas de Biossegurança. Procedimentos de Enfermagem. Intervenções Básicas em Urgência e Emergências. Processo de Enfermagem. Vigilância à Saúde. Processo de trabalho na Atenção Básica. Vigilância Sanitária. Vigilância Epidemiológica. Programa Nacional de Imunização e Calendário vacinal e cuidados na conservação dos imunobiológicos. Atenção à saúde de pessoas com necessidades especiais.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. BRASIL Ministério da Saúde. Calendário Nacional de Vacinação da Criança (PNI) –2016 <http://saude.es.gov.br/Media/sesa/Imuniza%C3%A7%C3%A3o/Calend%C3%A1rio%20Nacional%20de%20Vacina%C3%A7%C3%A3o%20da%20Crian%C3%A7a%20-%20PNI%20-%202016.pdf>
2. Brasil. **Lei Maria da Penha: Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**, que dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. 34 p. – (Série ação parlamentar; n. 422). Disponível em: <<http://adcon.m.gov.br/ACERVO/spmm/DOC/DOC00000000076385.PDF>>.
3. BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Vigilância em Saúde - Parte 1. Brasília: CONASS, 2011. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011). Disponível em: <http://www.conass.org.br/colecao2011/livro_5.pdf>.
4. BRASIL. Estatuto do Idoso. **Lei nº 10741/03 | Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/98301/estatuto-do-idoso-lei-10741-03>>.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. ANVISA. **Medidas de precaução**. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/servicosauade/controle/precaucoes_a3.pdf>.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. **ATENÇÃO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL – Saúde da Mulher**. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/images/PDF/2016/abril/26/Informe%203_13_04_16.pdf>.
7. BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção psicossocial a crianças e adolescentes no SUS: tecendo redes para garantir direitos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_psicossocial_crianças_adolescentes_sus.pdf>.
8. BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderneta da Gestante 3ª edição** Brasília – DF 2016 Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2016/marco/01/Caderneta-Gest-Internet.pdf>>.
9. BRASIL. Ministério da Saúde. **Carta dos direitos dos usuários da saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <http://www.redehumanizaus.net/sites/default/files/carta_dos_direitos_usuarios_sus.pdf>.
10. BRASIL. Ministério da Saúde. **Classificação de Risco dos Agentes Biológicos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/biosseguranca_saude_prioridades_estrategicas_acao_p1.pdf>.
11. BRASIL. Ministério da Saúde. **Humanização do parto e do nascimento**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Cadernos Humaniza SUS. v. 4). Disponível em: <http://www.redehumanizaus.net/sites/default/files/caderno_humanizaus_v4_humanizacao_parto.pdf>.
12. BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de normas técnicas e rotinas operacionais do programa nacional de triagem neonatal**. 2. ed. am. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/triagem_neonatal.pdf>.
13. BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.528 de 19 de outubro de 2006**. Disponível em: <http://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/Portaria_2528.pdf>.
14. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Instituto Nacional de Câncer. **Programa nacional de controle do câncer da próstata: documento de consenso**. - Rio de Janeiro: INCA, 2002. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cancer_da_prostata.pdf>.
15. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPES. Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas. **Saúde Mental no SUS: as novas fronteiras da Reforma Psiquiátrica**. Relatório de Gestão 2007-2010. Ministério da Saúde: Brasília. 2011.
16. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica**. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 110 p. : il. – (Série E. Legislação em Saúde). Disponível em: <<http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>>.
17. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde Mental**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_mental_volume_5.pdf>.

18. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Manual de Estrutura Física dos Centros de Atenção Psicossocial e Unidades de Acolhimento**: Orientações para Elaboração de Projetos de Construção de CAPS e de UA como lugares da Atenção Psicossocial nos territórios. - Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2015/marco/10/Manual-de-Estrutura-Fisica-dos-Centros-de-Atencao-Psicossocial-e-Unidades-de-Acolhimento-Preliminar-2013.pdf>>.
19. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde mental**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica, n. 34). Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_34.pdf>.
20. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher**: princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: <<file:///C:/Users/COORDENF/Downloads/Manual%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de%20Aten%C3%A7%C3%A3o%20Integral%20a%20Sa%C3%BAde%20da%20mulher%20-%20Pol%C3%ADticas%20e%20Diretrizes-%202009.pdf>>.
21. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Atenção ao pré-natal de baixo risco**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_32_prenatal.pdf>.
22. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Controle dos cânceres do colo do útero e da mama**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/controle_canceres_colo_uterio_2013.pdf>.
23. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Atenção Humanizada ao Abortamento**: norma técnica. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_humanizada.pdf>.
24. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde sexual e saúde reprodutiva**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcad26.pdf>.
25. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Portaria nº 1.459, de 24 de junho de 2011**. Institui no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS - a Rede Cegonha. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459_24_06_2011.html>.
26. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica**: diabetes mellitus. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias_cuidado_doenca_cronica_diabetes_mellitus.pdf>.
27. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica**: hipertensão arterial sistêmica Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias_cuidado_pessoa_doenca_cronica.pdf>.
28. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política nacional de práticas integrativas e complementares no SUS**: atitude de ampliação de acesso. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/politica_nacional_praticas_integrativas_complementares_2ed.pdf>.
29. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Documento de diretrizes para o cuidado das pessoas com doenças crônicas nas Redes de Atenção à Saúde e nas linhas de cuidado prioritárias**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/documento_norteador_cronicas.pdf>.
30. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Doenças respiratórias crônicas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: <http://www.medlearn.com.br/ministerio_saude/atencao_basica/cadernos_atencao_basica_25_doencas_respiratorias_cronicas.pdf>.
31. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança**: crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Cadernos de Atenção Básica, nº. 33). Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_crescimento_desenvolvimento.pdf>.
32. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 184 p. : il. – (Cadernos de Atenção Básica ; nº 23). Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/saude_crianca_aleitamento_materno_cab23.pdf>.
33. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde na escola**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. (Cadernos de Atenção Básica; nº. 24). Disponível em: <[http://brasil.campusvirtualsp.org/sites/default/files/Sade%20na%20Escola%20Caderno_Aten_Bas_24_PSE%20\(1\).pdf](http://brasil.campusvirtualsp.org/sites/default/files/Sade%20na%20Escola%20Caderno_Aten_Bas_24_PSE%20(1).pdf)>.
34. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes de Atenção da Triagem Auditiva Neonatal**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_triagem_auditiva_neonatal.pdf>.
35. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais de saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: <http://www5.ensp.fiocruz.br/biblioteca/dados/txt_366915019.pdf>.

36. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: obesidade** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. 212 p. : il. – (Cadernos de Atenção Básica, n. 38) Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias_cuidado_doenca_cronica_obesidade_cab38.pdf>.
37. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica : o cuidado da pessoa tabagista** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015. 154 p. : il. (Cadernos da Atenção Básica, n. 40). Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_40.pdf
38. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Atenção às mulheres com gestação de anencéfalos: norma técnica** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2014/maio/13/anencefalianovo.pdf>>.
39. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 162 p. : il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 35). Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias_cuidado_pessoa_doenca_cronica_cab35.pdf>.
40. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Protocolo de atenção à saúde e resposta à ocorrência de microcefalia [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: <<http://combateades.saude.gov.br/images/sala-de-situacao/Microcefalia-Protocolo-de-vigilancia-e-resposta-10mar2016-18h.pdf>>.
41. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Protocolo de tratamento de Influenza: 2015 [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/Protocolo_de_Tratamento_de_Influenza_2015.pdf>.
42. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_procedimentos_vacinacao.pdf>.
43. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Manual de vigilância epidemiológica de eventos adversos pós-vacinação**. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_vigilancia_epidemiologica_eventos_adversos_pos_vacinacao.pdf>.
44. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Coordenação Nacional de DST/Aids. A Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas / Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Coordenação Nacional de DST e Aids. – Brasília: Ministério da Saúde, 2003. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2015/marco/10/A-Pol-tica-do-Minist-rio-da-Sa-de-para-Aten-ao-Integral-ao-Usu-rio-de-alc-ool-e-Outras-Drogas-2003-.pdf>>.
45. BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Presidência da República. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/politica-nacional>>.
46. BRASIL. Senado Federal. Disponível em: <[Lei Nº 13.257, de 8 DE MARÇO DE 2016 Disponível em: http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=250222&norma=269680](http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=250222&norma=269680)>.
47. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM - DECRETO N 94.406/87 Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da Enfermagem, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/decreto-n-9440687_4173.html>.
48. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, 2012. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/resolucao_311_anexo.pdf>.
49. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Lei nº. 7.498, de 25 de junho de 1986**. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências, 1986. Disponível em: <<http://www.portalcofen.gov.br/2007/materias.asp?ArticleID=22§ionID=35>>.
50. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução COFEN nº 0456/2014**. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-04562014_26462.html>.
51. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução COFEN nº 358/2009**. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-3582009_4384.html>.
52. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução COFEN nº 429/2012**. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-n-4292012_9263.html>.
53. CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM- COREN – SP. **Erros de medicações**. Definições e estratégias de prevenção. São Paulo 2011. Disponível em: <http://inter.coren-sp.gov.br/sites/default/files/erros_de_medicao-definicoes_e_estrategias_de_prevencao.pdf>.
54. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes: 2014-2015/ Sociedade Brasileira de Diabetes; [organização José Egidio Paulo de Oliveira, Sérgio Vencio]. – São Paulo: AC Farmacêutica, 2015. Disponível em: <<http://www.diabetes.org.br/images/2015/area-restrita/diretrizes-sbd-2015.pdf>>.
55. FUJIMORI, E.; OHARA, C. V. S. (Orgs.). **Enfermagem e a saúde da criança na atenção básica**. Barueri: Manole, 2009.

56. Fundamentos da Família como Promotora do Desenvolvimento infantil: parentalidade em foco/ organizadores Gabriela Aratang Pluciennik, Márcia Cristina Lazzari, Marina Fragata Chicaro. - 1. ed. - São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal - FMCSV, 2015. Disponível em: <<http://www.fmcsv.org.br/pt-br/acervo-digital/Paginas/fundamentos-da-familia-como-promotora-do-desenvolvimento-infantil-parentalidade-em-foco.aspx>>.
57. Fundamentos do desenvolvimento infantil: da Gestação aos 3 anos / [organizador Saul Cypel]. --São Paulo : Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2011. Disponível em: <<http://www.fmcsv.org.br/pt-br/acervo-digital/Paginas/Fundamentos-do-desenvolvimento-infantil.aspx>>.
58. HOCKENBERRY, M.; WONG, W. D. **Fundamentos de Enfermagem Pediátrica**. 9. ed. São Paulo: Elsevier, 2014.
59. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. (INCA). Coordenação Geral de Ações Estratégicas. Coordenação de Prevenção e Vigilância. Área de Vigilância do Câncer relacionado ao Trabalho e ao Ambiente. Diretrizes para a vigilância do câncer relacionado ao trabalho. Rio de Janeiro: INCA, 2012. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/inca/diretrizes_vigilancia_cancer_trabalho.pdf>.
60. MORAES, E. N. **Atenção à saúde do Idoso: aspectos conceituais**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2012. Disponível em: <<http://apsredes.org/site2012/wp-content/uploads/2012/05/Saude-do-Idoso-WEB1.pdf>>.
61. MÜLLER, N. P. (Org.). Guia de Políticas, Programas e Projetos do Governo Federal. Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo, – Brasil. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2015. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/bibliotecavirtual/pessoa-idosa/publicacoes-2015/pdfs/guia-de-politicas-programas-e-projetos-populacao-idosa-1>>.
62. POTTER, P.A; PERRY, A. G. **Fundamentos de Enfermagem**. 8.ed. Rio de Janeiro : Elsevier, 2013.
63. VI Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Disponível em:
<http://publicacoes.cardiol.br/consenso/2010/Diretriz_hipertensao_associados.pdf> e
<http://www.sbh.org.br/pdf/diretrizes_final.pdf>.
64. WILKINSON, J.M; LEUVEN, K. **Fundamentos de Enfermagem**. São Paulo. Editora Rocca, 2010.

4.1.12 FARMÁCIA

ÁREA: PSF – PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA

PROGRAMA

Assistência Farmacêutica no SUS. Assistência Farmacêutica na Estratégia de Saúde da Família. Atenção Farmacêutica. Atribuições clínicas do farmacêutico. Cálculos farmacêuticos. Ciclo da Assistência Farmacêutica. Gerenciamento da Assistência Farmacêutica. Política Nacional de Medicamentos. Farmacologia – Hipertensão e Diabetes. Farmacoepidemiologia. Farmacovigilância. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS. Prescrição farmacêutica. Serviços Farmacêuticos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Procedimentos da Vigilância Sanitária no SIA/SUS – Definição e Alimentação. Brasília - junho-2015. 2ª edição.
2. ANSEL, H. C.; POPOVICH, N; ALLEN, L. V. J. Farmacotécnica: formas farmacêuticas e sistemas de liberação de fármacos. 6. ed. São Paulo: Premier, 2000.
3. ANSEL. H. C., STOKLOSA. M.J. Cálculos farmacêuticos. Porto Alegre: Artmed, 2008.
4. BISSON, MP. Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica. Manole: São Paulo, 2003.
5. BRASIL. Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999. Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Portaria nº 344 de 12 de maio de 1998. Aprova o regulamento técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial (e atualizações).
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº. 2.048, de 3 de setembro de 2009. Aprova o Regulamento do Sistema Único de Saúde.
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº. 4279, de 30 de dezembro de 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
9. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº. 1.271, de 6 de junho de 2014. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências.
10. BRASIL. Ministério da Saúde. Avaliação da assistência farmacêutica: estrutura, processo e resultados. Brasília: OMS/OPAS/Ministério da Saúde, 2005.
11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
12. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Aquisição de medicamentos para assistência farmacêutica no SUS: orientações básicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
13. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos / Ministério da Saúde, Secretaria

- de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
14. BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Assistência farmacêutica no SUS. Brasília: CONASS, 2011.
 15. BRASIL. ANVISA. Resolução RDC nº 67, de 08 de outubro de 2007. Dispõe sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiais para Uso Humano em farmácias. (e atualizações).
 16. BRASIL. ANVISA. Resolução RDC nº 44 de 17 de agosto de 2009. Dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências.
 17. BRASIL. ANVISA. Resolução RDC nº 20, de 5 de maio de 2011. Dispõe sobre o controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição, isoladas ou em associação.
 18. BRASIL. ANVISA. Resolução RDC nº. 26, de 13 de maio de 2014. Dispõe sobre o registro de medicamentos fitoterápicos e o registro e a notificação de produtos tradicionais fitoterápicos. (e atualizações).
 19. BRASIL. Farmacopeia Brasileira. 5 ed. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: ANVISA, 2010.
 20. BRASIL. Farmacopeia Homeopática Brasileira, 3 ed. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: ANVISA, 2011.
 21. BRASIL. Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo. Organização Pan-Americana da Saúde Fascículo III - Serviços Farmacêuticos / Projeto Farmácia Estabelecimento de Saúde / CRF-SP: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo; Organização Pan-Americana de Saúde - Brasília, 2010.
 22. CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução nº 585 de 29 de agosto de 2013. Regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico e dá outras providências.
 23. CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução nº 586 de 29 de agosto de 2013. Regula a prescrição farmacêutica e dá outras providências.
 24. FONTES, O. L. et al. Farmácia Homeopática – Teoria e Prática. 4ª Ed. Revisada e Atualizada. Barueri, SP: Manole, 2012.
 25. GENNARO, A.R. Remington: a ciência e a prática da farmácia. 20 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2004.
 26. HARDMAN, J.G.; LIMBIRD, L.E. Goodman & Gilman As bases farmacológicas da terapêutica. 10. ed. McGraw Hill, 2005.
 27. IVAMA, A. M. et al. Consenso Brasileiro de Atenção Farmacêutica: proposta. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2002.
 28. MENDES, E. V. Redes de atenção à Saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011.
 29. OGA, S; BASILE, A. C.; CARVALHO, M. F. Guia Zanini-Oga de Interações Medicamentosas. São Paulo: Atheneu, 2002.
 30. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Departamento de Medicamentos Essenciais e Outros Medicamentos. A importância da Farmacovigilância / Organização Mundial da Saúde – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005. (Monitorização da segurança dos medicamentos).
 31. SILVA, P. Farmacologia. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
 32. THOMPSON, J.E.; DAVIDOW, L.W. A prática farmacêutica na manipulação de medicamentos. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.
 33. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Introdução ao Curso de Gestão da Assistência Farmacêutica: Especialização a distância [Recurso eletrônico] / Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Aberta do SUS - Florianópolis: UFSC, 2011.

4.1.13 NUTRIÇÃO

ÁREA: PSF – PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA

PROGRAMA

Nutrição - Saúde da Família; Política Nacional de Alimentação e Nutrição; Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN; Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional; Diagnóstico nutricional individual e de coletividade; Nutrição Materno Infantil; Doenças crônicas não transmissíveis na Atenção Básica.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. BRASIL. **Lei nº11.346, de 15 de setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/consea/static/eventos/LOSAN%20->](https://www.planalto.gov.br/consea/static/eventos/LOSAN%20-).
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Carências de micronutrientes. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. (Cadernos de Atenção Básica, nº. 20).
3. BRASIL, Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição/CGPAN. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição – PNAN.** Edição revisada. Brasília: Ministério da Saúde. 2008.
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Matriz de ações de alimentação e nutrição na atenção básica de saúde /** Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).
5. BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar.** 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. (Cadernos de Atenção Básica nº. 23).
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Atenção Básica. **Protocolos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN** na assistência à saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.
7. BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção ao pré-natal de baixo risco.** Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica nº. 32).

8. BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Cadernos de Atenção Básica, nº. 33).
9. BRASIL. Ministério da Saúde. **Estratégia para o cuidado da pessoa com doença crônica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. (Cadernos de Atenção Básica, n. 35).
10. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Orientações para avaliação de marcadores de consumo alimentar na atenção básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.
11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
12. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Marco de referência da vigilância alimentar e nutricional na atenção básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.
13. CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CONSEA. **Construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: a experiência brasileira**. Brasília, novembro de 2010.
14. CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CONSEA. **A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil** - indicadores e monitoramento - da Constituição de 1988 aos dias atuais. Resumo executivo. Brasília, novembro de 2010.
15. FISBERG, R. M.; MARCHIONI, D. M. **Inquéritos Alimentares Métodos e Bases Científicos**, Barueri: Manole, 2005.
16. KAC, G.; SICHIERI, R.; GIGANTE, D. P. **Epidemiologia Nutricional**. Rio de Janeiro, Fiocruz/Atheneu, 2007.
17. TADDEI, J. A et al. (ed.). **Nutrição em Saúde Pública**. Rio de Janeiro: Rubio, 2011.

4.1.14 ODONTOLOGIA

ÁREA: PSF – PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA

PROGRAMA

Modelos Assistenciais em Odontologia; Redes de Atenção à Saúde e sua relação com a Saúde Bucal; Política Nacional de Saúde Bucal; Epidemiologia em Saúde Bucal; Saúde Bucal na Estratégia Saúde da Família; Vigilância em Saúde Bucal no Sistema Único de Saúde; Epidemiologia das doenças bucais: cárie dentária, doença periodontal; oclusopatias, câncer bucal e fluorose dentária; Princípios de Cariologia; Métodos e Estratégias para o Controle do Biofilme Dental; Métodos preventivos e de intervenção da doença cárie; Prevenção e Promoção da Saúde Bucal; Fluoretos; Políticas Públicas e Estratégias de Intervenção nos agravos relacionados à Saúde Bucal; Avaliação de Risco Social e Biológico para as Doenças Bucais; Planejamento, Programação e Avaliação em Saúde Bucal; Financiamento em Saúde Bucal.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. ANTUNES, J. L. F.; PERES, M. A. **Epidemiologia da Saúde Bucal**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno de atenção básica: Saúde Bucal**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. **Perfil de competências profissionais do técnico em higiene dental e do auxiliar de consultório dentário**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde na escola**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. (Cadernos de Atenção Básica, nº. 24).
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia Prático do Programa Saúde da Família**. Brasília: Ministério da Saúde, 2000.
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
9. BRASIL. Ministério da Saúde. Projeto **SB Brasil 2010: Pesquisa Nacional de Saúde Bucal – Resultados Principais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.
10. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Acesso e Qualidade Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade dos Centros de Especialidades odontológicas (PMAQ-CEO): Manual Instrutivo**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação Nacional de Saúde Bucal. **Diretrizes da política nacional de saúde bucal**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
12. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia de recomendações para o uso de fluoretos no Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
13. BUFFON, M. C. M. (Org.). **Práticas Coletivas em Saúde Bucal**. Curitiba: Imprensa Universitária UFPR, 2012.
14. GOES, P. S. A. **Gestão da Prática em Saúde Bucal**. São Paulo: Artes Médicas, 2014.
15. GÓES, P. S. A., MOYSÉS, S. J.(Orgs). **Planejamento, Gestão e Avaliação em Saúde Bucal**. São Paulo: Artes Médicas, 2012.
16. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. Coordenação Geral de Ações Estratégicas. Coordenação de Prevenção e Vigilância. **Estimativa 2014: incidência de câncer no Brasil**. Rio de Janeiro: INCA, 2014.
17. KRIGER, L. **Promoção de saúde bucal: paradigma, ciência, humanização**. São Paulo, Ed. Artes Médicas, ABOPREV, 2003.

18. MOYSÉS, S. J. **Saúde coletiva**: políticas, epidemiologia da saúde bucal e redes de atenção odontológica. São Paulo: Artes Médicas, 2013.
19. PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Superintendência de Assistência à Saúde. **Linha guia de saúde bucal**. Curitiba: SESA, 2014.
20. PEREIRA, A.C. **Odontologia em saúde coletiva**: planejando ações e promovendo saúde. Porto Alegre, Ed. Artmed, 2003.
21. PINTO, V. G. **Saúde bucal coletiva**. 5. ed, São Paulo, Ed. Santos, 2008.
22. SILVA, A. N.; SENNA, M. A. A. **Fundamentos em saúde bucal coletiva**. Rio de Janeiro: MedBook, 2013.

4.1.15 TERAPIA OCUPACIONAL

ÁREA: PSF – PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA

PROGRAMA

Fundamentos gerais da Terapia Ocupacional; Fundamentos históricos da Terapia Ocupacional; Ética e deontologia da Terapia Ocupacional; Domínio e Processo da Terapia Ocupacional; Modelos de Terapia Ocupacional. Quadros de Referência, Abordagens e Processos de Mudança em Terapia Ocupacional; Análise de atividade em Terapia Ocupacional; Processos Grupais em Terapia Ocupacional; Processo de Terapia Ocupacional; Atenção Básica à Saúde/Atenção Primária à Saúde; Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF); Rede de Atenção Psicossocial (RAPS); Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência; Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas; Terapia Ocupacional em comunidade; Terapia Ocupacional em Saúde Mental; Terapia Ocupacional em Gerontologia; Terapia ocupacional e o Brincar.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. ALMEIDA, M.C.; OLIVER, F.C. Abordagens comunitárias e territoriais em reabilitação de pessoas com deficiência: fundamentos para a Terapia Ocupacional *In*: DE CARLO, M. M. R. P.; BARTALOTTI, C. C. (orgs). **Terapia Ocupacional no Brasil - Fundamentos e Perspectivas**. 3. ed. São Paulo: Plexus, 2001.
2. AMERICAN OCCUPATIONAL THERAPY ASSOCIATION (AOTA). Estrutura da Prática da Terapia Ocupacional: Domínio e Processo 3.^a Edição. Occupational therapy practice framework: Domain and process (3rd ed.). Tradução de: Alessandra Cavalcanti, Fabiana Caetano Martins Silva e Dutra e Valéria Meirelles Carril Elui (versão original: AOTA. American Occupational Therapy Association (2014). Occupational therapy practice framework: Domain and process (3rd ed.). American Journal of Occupational Therapy, 68(Suppl.1), S1–S48.<http://dx.doi.org/10.5014/ajot.2014.682006>). **Rev Ter Ocup Univ São Paulo**; jan.-abr. 2015;26(ed. esp.):1-49.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.
4. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Núcleo de Apoio à Saúde da Família / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 116 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica, n. 39).
5. BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria Nº 2.488, de 21 de outubro de 2011**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).
6. BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 256, de 11 de março de 2013**. Estabelece novas regras para o cadastramento das equipes que farão parte dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES). Disponível em: <http://bvms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2013/prt0256_11_03_2013.html>.
7. BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 3.124, de 28 de dezembro de 2012**. Redefine os parâmetros de vinculação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) Modalidades 1 e 2 às Equipes Saúde da Família e/ou Equipes de Atenção Básica para populações específicas, cria a Modalidade NASF 3, e dá outras providências. Disponível em: <http://bvms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt3124_28_12_2012.html>.
8. BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011**. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: <http://bvms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html>
9. BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 793, de 24 de abril de 2012**. Institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde. Disponível em: <http://bvms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0793_24_04_2012.html>
10. BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 483, de 1º de abril de 2014**. Redefine a Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e estabelece diretrizes para a organização das suas linhas de cuidado. Disponível em: <http://bvms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt0483_01_04_2014.html>.
11. BRASIL. Ministério da Saúde. **Anexo da Portaria 4.279 de 30 de dezembro de 2010**. Anexo Diretrizes para Organização da Rede de Atenção à Saúde do SUS. Disponível em: <http://bvms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/anexos/anexos_prt4279_30_12_2010.pdf>.
12. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde na escola**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. (Série B. Textos Básicos de Saúde) (Cadernos de Atenção Básica; n. 27)

13. CASSIANO, J.G. A Contribuição da Terapia Ocupacional para a manutenção da capacidade funcional do idoso *In*: DRUMOND, A.de F.; REZENDE, M.B. (orgs) **Intervenções da Terapia Ocupacional**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
14. CASTRO, E. de D.; LIMA, E.M.F. de A. Atividades Humanas e Terapia Ocupacional *In*: DE CARLO, M. M. R. P.; BARTALOTTI, C. C. (orgs). **Terapia Ocupacional no Brasil - Fundamentos e Perspectivas**. 3. ed. São Paulo: Plexus, 2001.
15. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. **Resolução COFFITO nº425, de 08 de julho de 2013**. Estabelece o Código de Ética e Deontologia da Terapia Ocupacional. Disponível em: <<http://www.coffito.org.br/site/index.php/terapia-ocupacional/codigo-de-etica.html>>.
16. DE CARLO, M. M. R. P.; BARTALOTTI, C. C. Caminhos da Terapia Ocupacional *In*: DE CARLO, M. M. R. P.; BARTALOTTI, C. C. (orgs). **Terapia Ocupacional no Brasil - Fundamentos e Perspectivas**. 3. ed. São Paulo: Plexus, 2001.
17. DUDGEON, B.J. Integração à Comunidade *In*: CREPEAU, E. B. COHN, E.S.; SCHELL, B.A.B. **Willard & Spackman - Terapia Ocupacional**. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
18. FONSECA, M.A. A Prática do terapeuta ocupacional em saúde mental a partir de uma perspectiva não excludente e de respeito às diferenças *In*: DRUMOND, A.de F.; REZENDE, M.B. (orgs) **Intervenções da Terapia Ocupacional**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
19. HAGEDORN, R. **Fundamentos da prática em Terapia Ocupacional**. São Paulo: Dynamis, 1999.
20. HAGEDORN, R. Introdução: Integrar Teoria e Prática *In*: HAGEDORN, R. **Ferramentas para a Prática em Terapia Ocupacional: Uma Abordagem Estruturada aos Conhecimentos e Processos Centrais**. São Paulo: Roca, 2007. p. 7-9.
21. HAGEDORN, R. Desempenho Ocupacional no Ambiente *In*: HAGEDORN, R. **Ferramentas para a Prática em Terapia Ocupacional: Uma Abordagem Estruturada aos Conhecimentos e Processos Centrais**. São Paulo: Roca, 2007. p. 11-12.
22. HAGEDORN, R. Taxonomia da Ocupação *In*: HAGEDORN, R. **Ferramentas para a Prática em Terapia Ocupacional: Uma Abordagem Estruturada aos Conhecimentos e Processos Centrais**. São Paulo: Roca, 2007. p. 42.
23. HAGEDORN, R. Processos Centrais em Terapia Ocupacional *In*: HAGEDORN, R. **Ferramentas para a Prática em Terapia Ocupacional: Uma Abordagem Estruturada aos Conhecimentos e Processos Centrais**. São Paulo: Roca, 2007. p. 90-91.
24. HAGEDORN, R. Por que o Envolvimento na Ocupação é Terapêutico *In*: HAGEDORN, R. **Ferramentas para a Prática em Terapia Ocupacional: Uma Abordagem Estruturada aos Conhecimentos e Processos Centrais**. São Paulo: Roca, 2007. p. 108-109.
25. HAGEDORN, R. Síntese: a Arte da Prática *In*: HAGEDORN, R. **Ferramentas para a Prática em Terapia Ocupacional: Uma Abordagem Estruturada aos Conhecimentos e Processos Centrais**. São Paulo: Roca, 2007. p. 115.
26. HAGEDORN, R. Trabalhar com Grupos *In*: HAGEDORN, R. **Ferramentas para a Prática em Terapia Ocupacional: Uma Abordagem Estruturada aos Conhecimentos e Processos Centrais**. São Paulo: Roca, 2007. p. 172-175.
27. HAGEDORN, R. Macroanálise e Análise Centrada no Cliente *In*: HAGEDORN, R. **Ferramentas para a Prática em Terapia Ocupacional: Uma Abordagem Estruturada aos Conhecimentos e Processos Centrais**. São Paulo: Roca, 2007. p. 318.
28. HUMPHRY, R. Ocupação e Desenvolvimento: uma perspectiva contextual *In*: CREPEAU, E. B. COHN, E.S.; SCHELL, B.A.B. **Willard & Spackman - Terapia Ocupacional**. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
29. LAWLOR, M.C.; MATTINGLY, F. Compreendendo as perspectivas da Família sobre as Experiências de Doença e Incapacidade *In*: CREPEAU, E. B. COHN, E.S.; SCHELL, B.A.B. **Willard & Spackman - Terapia Ocupacional**. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
30. MANCINI, M.C.; COELHO, Z.A.C. Raciocínio Clínico em Terapia Ocupacional *In*: DRUMOND, A.de F.; REZENDE, M.B. (orgs) **Intervenções da Terapia Ocupacional**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
31. MÂNGIA, E.F.; NICÁCIO, F. Terapia Ocupacional em Saúde Mental: tendências principais e desafios contemporâneos *In*: DE CARLO, M. M. R. P.; BARTALOTTI, C. C. (orgs). **Terapia Ocupacional no Brasil - Fundamentos e Perspectivas**. 3. ed. São Paulo: Plexus, 2001.
32. MEDEIROS, M.H.R. Contribuindo para o debate: o terapeuta ocupacional necessário e seu papel social *In*: MEDEIROS, M.H.R. **Terapia Ocupacional: um enfoque epistemológico e social**. São Carlos: EdUFSCAR, 2003.
33. MEDEIROS, M.H.R. Introdução *In*: MEDEIROS, M.H.R. **Terapia Ocupacional: um enfoque epistemológico e social**. São Carlos: EdUFSCAR, 2003.
34. MEDEIROS, M.H.R. Os diferentes modelos de atuação em Terapia Ocupacional *In*: MEDEIROS, M.H.R. **Terapia Ocupacional: um enfoque epistemológico e social**. São Carlos: EdUFSCAR, 2003.
35. MINAYO, M. C. S. Introdução à metodologia de pesquisa social: segunda parte—Linhas de Pensamento *In*: MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
36. RESENDE, M.B. O brincar e a intervenção da Terapia Ocupacional *In*: DRUMOND, A.de F.; REZENDE, M.B. (orgs) **Intervenções da Terapia Ocupacional**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
37. ROCHA, E. F.; SOUZA, C. C. B. X. Terapia Ocupacional em reabilitação na Atenção Primária à Saúde: possibilidades e desafios. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 22, n. 1, p. 36-44, jan./abr. 2011.

4.1.16 MEDICINA VETERINÁRIA

ÁREA: PSF – PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA

PROGRAMA

Saúde Única, políticas públicas voltadas à medicina veterinária e saúde ambiental, atuação do médico veterinário na vigilância em saúde e no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF). Vigilância e prevenção das zoonoses de importância em saúde pública; Epidemiologia

das doenças infecciosas e parasitárias; Riscos ambientais nos ambientes de trabalho; Vigilância da qualidade da água e resíduos sólidos; Vigilância sanitária de alimentos; Microbiologia de alimentos; Doenças transmitidas por alimentos; Investigação de surtos de doenças transmitidas por alimentos; Segurança dos alimentos; Boas práticas de fabricação; Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle na área de alimentos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. AMERICAN VETERINARY MEDICAL ASSOCIATION. **One Health: a new professional imperative**. 2008.
2. ANVISA. Resolução RDC n. 12, de 02 de janeiro de 2001. Regulamento técnico sobre padrões microbiológicos para alimentos. **Diário Oficial da União**. 10 de janeiro de 2001.
3. ANVISA. Resolução RDC n. 275, de 21 de outubro de 2002. Dispõe sobre o regulamento técnico de procedimentos operacionais padronizados e a lista de verificação de boas práticas de fabricação em estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos. **Diário Oficial da União**. 23 de outubro de 2002b.
4. ANVISA. Resolução RDC n. 216, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre o regulamento técnico de boas práticas para serviços de alimentação. **Diário Oficial da União**. 16 de setembro de 2004.
5. BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Manual de saneamento**. 4. ed. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2006.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Manual de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
7. BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia de vigilância em saúde**. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 812 p.
8. BRASIL. Ministério da Saúde. **Vigilância ambiental em saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. 42 p.
9. BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual integrado de vigilância, prevenção e controle de doenças transmitidas por alimentos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.
10. BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de vigilância, prevenção e controle de zoonoses: normas técnicas e operacionais**. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 121 p.
11. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 2.914, de 12 de dezembro de 2011. Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. **Diário Oficial da União**. 2011. Seção III. p.4.
12. BRASIL. Ministério da Saúde. **Doenças infecciosas e parasitárias: Guia de bolso**. 8. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.
13. BRASIL. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica. **Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio a Saúde da Família**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.
14. BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Normas Regulamentadoras. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/legislacao/normas-regulamentadoras-1.htm>>.
15. BRASIL. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. **Diário Oficial da União**. 03 de agosto de 2010.
16. BRASIL. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). **Diário Oficial da União**. 24 de outubro de 2011.
17. COSTA, E. A. (org.). **Vigilância Sanitária: temas para debate**. Salvador: EDUFBA, 2009.
18. ELEMENTOS de apoio para o Sistema APPCC. (Série Qualidade e Segurança Alimentar). Projeto APPCC Indústria. Convênio CNI/SENAI/SEBRAE. 2. ed. Brasília, SENAI/DN, 2000.
19. FORSYTHE, S. J. **Microbiologia da segurança dos alimentos**. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.
20. GERMANO, P. M. L.; GERMANO, M. I. **Higiene e vigilância sanitária de alimentos**. São Paulo: Manole, 2010.
21. LUCCHESI, G. **A Vigilância Sanitária no Sistema Único de Saúde**. 2014. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/divulga/conavisa/cadernos/eixo2_texto05.pdf>.
22. OPAS. Instituto Pan Americano de Proteção de Alimentos (INPPAZ). Centro Latino Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME). HACCP: Instrumento essencial para a inocuidade dos alimentos. 2003.
23. PARANÁ. Secretaria Estadual de Saúde. **Manual de rotulagem para alimentos embalados**. Disponível em: <http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/vigilancia%20sanitaria/MANUAL_ROTULAGEM_abri08.pdf>.
24. ROUQUAYROL, M. Z.; GURGEL, M. **Epidemiologia em Saúde**. 7. ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2013.

PROGRAMAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA EM MEDICINA VETERINÁRIA

4.2 CONTEÚDO GERAL

PROGRAMA

Saúde pública: Políticas públicas no Brasil voltadas à saúde ambiental e medicina veterinária, Sistema Único de Saúde – SUS e Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF, vigilância sanitária (zoonoses, antropozoonoses, zoonoprososes), doenças infecciosas e parasitárias, controle de população animal em área urbana, medicina veterinária na vigilância sanitária, bem-estar único – animais sentinelas, emergência em zoonoses.

4.3 CONTEÚDO ESPECÍFICO

PROGRAMA

Anestesiologia: Medicação pré-anestésica; anestesia geral intravenosa e inalatória e anestesia local: equipamentos, farmacologia e técnicas; monitoração anestésica, do paciente crítico e ressuscitação cardiopulmonar; dor e analgesia. **Clínica cirúrgica de pequenos animais:** Profilaxia da infecção cirúrgica; cirurgias de pele e manejo de feridas; cirurgias dos aparelhos auditivo e digestório, do sistema gênito-urinário, do trato respiratório, em fígado e sistema biliar extra-hepático; hérnias; peritonite; análise e classificação das fraturas; pinos intramedulares, cerclagens e bandas de tensão, fixadores externos lineares, placas e parafusos, hastes bloqueadas; principais vias de acesso aos ossos e articulações. **Clínica médica de pequenos animais:** Afecções da pele e anexos, do sistema endócrino, do sistema gastrointestinal, do aparelho urinário, do sistema respiratório, do sistema cardiovascular e do sistema nervoso em pequenos animais; doenças infecciosas e parasitárias de interesse na clínica de pequenos animais. **Clínica médica e cirúrgica de grandes animais:** Choque; manejo de feridas; distrofias e paratopias cirúrgicas; doenças clínico-cirúrgicas dos aparelhos locomotor, respiratório, digestório e geniturinário; doenças metabólicas e carenciais, doenças da glândula mamária e do sistema tegumentar. **Clínica médica e cirúrgica de animais selvagens:** Medicina de mamíferos selvagens, de aves selvagens, de répteis e de animais de estimação não convencionais; fisiopatologia do estresse; contenção mecânica, farmacológica e manejo de animais selvagens; doenças infecciosas, parasitárias e zoonoses em animais selvagens e não convencionais; medicina da conservação. **Diagnóstico por imagem:** Princípios de interpretação radiográfica (analógica e digital) e ultrassonográfica, principais artefatos; princípios de interpretação radiográfica óssea e articular, em equinos, cães e gatos; radiologia e ultrassonografia dos sistemas digestório, cardiovascular, respiratório, urinário, doença do disco intervertebral e diagnóstico da gestação de cães e gatos. **Odontologia veterinária:** Anatomia e fisiologia oral veterinária (cão, gato, roedores e lagomorfos); doenças orais; periodontia; exodontia; endodontia; radiologia odontológica. **Oftalmologia veterinária:** Ciência clínica básica da oftalmologia – anatomia, embriologia; procedimentos de diagnóstico oftálmico; terapêutica oftálmica medicamentosa; cirurgia oftálmica; principais doenças das estruturas dos anexos oculares, bulbo ocular, via nervosa da visão e órbita; perdas de visão. **Oncologia veterinária:** Epidemiologia, etiologia e biologia do câncer; estadiamento e diagnóstico clínico; cirurgia oncológica; quimioterapia antineoplásica; neoplasias de pele, mamárias, das cavidade oral e nasal, dos sistemas reprodutivo e urinário, ósseas, perianais; linfoma. **Patologia animal:** Alterações degenerativas e necróticas; distúrbios da pigmentação; distúrbios circulatórios; distúrbios inflamatórios; processos reparativos; sistema respiratório, digestório, renal, cardiovascular, reprodutor, nervoso, músculo-esquelético; fígado e ductos biliares. **Ornitopatologia:** Fisiologia do sistema respiratório e digestório das aves; salmoneloses aviárias; influenza aviária; doença de Newcastle; micotoxicoses em aves; Plano Nacional de Sanidade Avícola- MAPA; biossegurança em avicultura. **Patologia clínica veterinária e Patologia clínica veterinária – Área de atuação em Biologia Molecular:** Coleta, manuseio e processamento das amostras biológicas; interpretação do hemograma de mamíferos; urinálise – interpretação; perfil bioquímico renal e hepático, indicações e interpretação; proteinograma; bilirrubina, causas de icterícia; avaliação das enzimas musculares; exame dos líquidos cavitários; coagulograma indicações e interpretação; interpretação de testes sorológicos (ELISA, RIFI); reação em cadeia da polimerase.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA PARA O CONTEÚDO GERAL E CONTEÚDO ESPECÍFICO DE RESIDÊNCIA EM MEDICINA VETERINÁRIA

1. Fantoni DT, Cortopassi SRG. **Anestesia em Cães e Gatos**. 2ª edição. São Paulo: Roca; 2010.
2. Muir WW, Hubell JAE. **Equine Anesthesia: Monitoring and Emergency Therapy**. St Louis: Mosby Elsevier; 2008.
3. Grimm KA, Lamont LA, Tranquilli WJ, Greene SA, Robertson SA, editors. **Lumb & Jones Veterinary Anesthesia and Analgesia**. 5th edition. Iowa: Wiley Blackwell; 2015.
4. Tobias KM, Johnston SA. **Veterinary Surgery Small Animal**. Missouri: Saunders Elsevier; 2012.
5. Fossum TW. **Small Animal Surgery**. 4th edition. Missouri: Mosby Elsevier; 2012.
6. Williams JM, Niles JD. **BSAVA Manual de Cirurgia Abdominal em cães e gatos**. São Paulo: Medvet; 2014.
7. Johnson AJ, Houlton JEF, Vannini RAO. **Principles of fracture management in the dog and cat**. Thieme, 2006
8. Piermattei D, Flo GB. **Piermattei and Flo's Handbook of Small Animal Orthopedics and Fracture Repair**. 4th edition. Missouri: Saunders Elsevier; 2006.
9. Nelson RW, Couto GC. **Small Animal Internal Medicine**. 5ª edição. St Louis: Elsevier; 2014.
10. Jericó MM, Neto JPA, Kogika MM. **Tratado de Medicina Interna de Cães e Gatos**. Rio de Janeiro: Roca; 2015.
11. Ettinger SJ, Feldman EC. **Textbook of Veterinary Internal Medicine**. 7ª edição. Philadelphia: Saunders; 2010.
12. Bonagura JD, Twedt DC. **Kirk's Current Veterinary Therapy XV**. 15ª edição. Philadelphia: Sauders; 2014.
13. Tilley LP, Smith FWK, Oyama MA, Sleeper MM. **Manual of Canine and Feline Cardiology**. 5ª edição. Philadelphia: Saunders; 2015.
14. Smith BP. **Medicina Interna de Grandes Animais**. 3ª edição. São Paulo: Manole Biomedicina; 2006.
15. Radostits OM, Gay CC, Blood DC, Hinchcliff KW. **Clínica Veterinária – um tratado de doenças de bovinos, ovinos, suínos, caprinos e equinos**. 9ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2002.
16. Reed SM. **Medicina Interna Equina**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2000.
17. Fubini SL, Lawson S. **Farm Animal Surgery**. St Louis: Saunders; 2004.
18. Thomassian A. **Enfermidades dos cavalos**. 4ª edição. São Paulo: Varela; 2005.
19. Auer JA, Stick JA. **Equine Surgery**. 4th. Edition. St. Louis: Elsevier Saunders; 2012.
20. Riet-Correa F, et al. **Doenças dos ruminantes e equídeos**. 3ª edição. Vol.2. São Paulo: Editora Palloti; 2007.
21. Cubas ZS, Silva JCR, Catão-Dias JL. **Tratado de Animais Selvagens – Medicina Veterinária**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Roca; 2014.

22. Trall DE. **Textbook of Veterinary Diagnostic Radiology**. 6th ed St Louis Missouri: Saunders: Elsevier; 2013.
23. Carvalho CF. **Ultrassonografia em Pequenos Animais**. 2ª ed. São Paulo: Gen Roca; 2014.
24. Penninck DP, D'anjou MA. **Atlas de ultrassonografia de Pequenos animais**. São Paulo: Guanabara Koogan; 2011.
25. Gil EMU, Garcia DAA, Froes TR. **Limitações e indicações clínicas da ultrassonografia gestacional em cadelas - revisão de literatura**. *Clínica Veterinária*. 2013; 103: 52-58.
26. Wiggs RB, Lobprise HB. **Veterinary Dentistry – Principles & Practice**. Philadelphia: Lippincott – Raven; 1997.
27. Holmstrom SE, Fitch PF, Eisner ER. **Veterinary dental techniques for the small animal practitioner**. 3rd edition. Philadelphia: Saunders; 1998.
28. Gorrel C. **Odontologia em pequenos animais**. São Paulo: Souders Elsevier; 2010.
29. Peiffer R, Petersen-Jones S. **Small animal ophthalmology**. A problem-oriented approach, 4th edition. Philadelphia: Saunders-Elsevier; 2009.
30. Turner SM. **Oftalmologia em pequenos animais - Série Clínica Veterinária na Prática**. São Paulo: Saunders-Elsevier, 2010.
31. Kudrin ST, Seguin B. **Veterinary Surgical Oncology**. Iowa: Wiley Blackwell; 2012.
32. Withrow SJ, Vail DM. **Small Animal Oncology**. 5th edition. Missouri: Saunders Elsevier; 2012.
33. Daleck RC, De Nardi AB, Rodaski S. **Oncologia em cães e gatos**. São Paulo: Roca; 2009.
34. Jones TC, Hunt RD, King NW. **Patologia veterinária**. 6ª edição. São Paulo: Manole; 2000.
35. Jubb KVF, Kennedy PC, Palmer NC. **Pathology of domestic animals**. 5th edition. Philadelphia: Saunders-Elsevier; 2007.
36. Slauson DO, Cooper BJ. **Mechanisms of disease - A textbook of comparative general pathology**. 3rd edition. St Louis: Mosby; 2002.
37. Zachary JF, McGavin MD. **Bases da patologia veterinária**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Saunders-Elsevier; 2013.
38. Swenson MJ, Reece WO. **Dukes, fisiologia dos animais Domésticos**. 11ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 1996.
39. Macari M, Mendes AA, Menten JF, Naas IA. **Produção de frangos de corte**. 2ª edição. São Paulo: Facta; 2014.
40. Brasil, 2003. Plano Nacional de Sanidade Avícola. Disponível em:
<http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/PNSA/Plano%20de%20Conting%C3%Aancia%20-%20Vers%C3%A3o%201_4.pdf>.
41. Swayne D. **Diseases of poultry**. 13th edition. Ames Iowa: Wiley-Blackwell; 2013.
42. Thrall MA. **Hematologia e bioquímica clínica veterinária**. São Paulo: Roca; 2007.
43. Kaneko JJ, Harvey JW, Bruss ML. **Clinical biochemistry of domestic animals**. 6th edition. Burlington: Academic Press-Elsevier; 2008.
44. Stockham SL, Scott MA. **Fundamentos de patologia clínica veterinária**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan; 2008.
45. Weiss DK, Wardrop J. **Schalm's Veterinary Hematology**. 6th edition. Ames Iowa: Wiley-Blackwell; 2010.
46. Latimer KS. **Duncan & Prass's, Veterinary Laboratory Medicine – Clinical Pathology**. 5th edition. Ames Iowa: Wiley Blackwell; 2011.
47. Tizard I. **Imunologia veterinária**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Saunders Elsevier; 2014.
48. Brasil. Ministério da Saúde. **ABC do SUS Doutrinas e Princípios**, 1990. O SUS de A a Z, 3ª ed., 2009. Constituição Federal Brasileira, Leis Federais 5.517 (1968), 9.605 (1998), 8.080 (1990) e 8.142 (1990).
49. CFMV. Resolução 722 - **Código de Ética** (2002) e **Resolução 756** (2003).
50. França GV. **Medicina Legal**. 9ª edição. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan Ltda; 2011.
51. Miller L, Zawistowski S. **Shelter Medicine for Veterinarians and staff**. 2nd edition. Iowa: Wiley-Blackwell; 2013.
52. Rocha AA, Cesar CLG. **Saúde Pública: Bases conceituais**. 1ª edição. São Paulo: Editora Atheneu. 2008.
53. Greene, CE. **Infectious diseases of the dog and cat**, 4. ed., Saint Louis: Elsevier Saunders, 2012. 1354p.

5. Fases de Seleção

5.1 Primeira Fase:

Prova Teórica, elaborada, estruturada e coordenada pelo NC/UFPR, sob supervisão da COREMU da UFPR, composta por 50 questões, sendo dez (10) do conteúdo geral e 40 (quarenta) do conteúdo específico. A prova valerá 100 (cem) pontos e terá peso 5 (cinco) na soma total da nota final.

Preenchimento do cartão resposta:

Para cada uma das provas objetivas, o candidato usará, além do caderno de prova, um cartão-resposta com questões numeradas adequadamente.

Nos cartões-resposta estão registradas informações do candidato e da prova, além dos campos correspondentes às cinco alternativas (a, b, c, d, e) de cada questão, devendo o candidato assinalar uma única resposta para cada questão.

Para preencher corretamente o cartão-resposta, o candidato deve observar o seguinte:

- a) em cada questão, resolver cada um dos problemas apresentados, marcando os resultados no caderno da prova, antes de transpô-los para o cartão-resposta;
- b) marcar com tinta as respostas no cartão-resposta (use caneta com TINTA PRETA);

c) preencher todo o espaço a ser marcado, mas não ultrapassá-lo. Marcações incorretas poderão resultar em prejuízo para o candidato.

A leitura das respostas é realizada por processo automatizado e o resultado é sensível à forma de marcação. Portanto, marcações indevidas, rasuras, dobras, ou utilização de recursos não permitidos (borracha, corretivo) na área de leitura poderão ser consideradas como respostas incorretas.

O cartão-resposta é parte integrante da prova.

Os cartões-resposta somente serão distribuídos uma hora e meia após o início da prova.

5.2 Segunda Fase:

Conforme o Edital nº 31/2016 em seu item 7.10, a segunda fase constará de análise e Defesa do Currículo, executada pelo grupo de preceptores do Programa de Residência e coordenada pelo Núcleo de Concursos (NC) da UFPR, sob supervisão da COREMU da UFPR.

Esta fase será composta por duas etapas.

Etapa 1 = Análise do Currículo: pontuação máxima 100 pontos.

Conforme o Edital nº 31/2016 em seu item 7.12, serão analisados todos os documentos anexados eletronicamente e pontuados conforme tabela abaixo.

Serão considerados os seguintes grupos de quesitos e respectivos documentos/atividades; atribuídas às pontuações correspondentes.

Nenhuma atividade poderá ser pontuada mais de uma vez.

Os candidatos são responsáveis pela veracidade e autenticidade dos documentos comprobatórios, e na eventual identificação da fraude, o candidato será eliminado da seleção, sem prejuízo e outras cominações legais.

Os documentos comprobatórios trazidos pelo candidato no momento da entrevista devem estar separados e organizados conforme a tabela abaixo.

- Será atribuída ao currículo nota entre zero e cem, pela somatória das pontuações dos quesitos listados abaixo.

PROGRAMA DE ATENÇÃO HOSPITALAR E BUCO-MAXILO-FACIAIS			
TÓPICO ¹	PONTUAÇÃO	No MÁX DE DOCS	TOTAL DE PONTOS
Realização de Monitoria Bolsista em Disciplina do Curso de graduação	2 pontos para cada seis meses de monitoria	3	6
Realização de Monitoria Voluntária em Disciplina do Curso de graduação	1 ponto para cada seis meses de monitoria	4	4
Estágios não obrigatório na área profissional ^{2,3}	1 ponto para cada 100 horas de estágio	5	5
Iniciação Científica Oficial sob Supervisão de Professor da Instituição de Ensino ³	2 pontos para cada 100 horas de atividade	4	8
Iniciação Científica Voluntária sob Supervisão de Professor da Instituição de Ensino ³	1 ponto para cada 100 horas de atividade	3	3
Participação em Projeto de Extensão sob Supervisão de Professor da Instituição de Ensino ³	1 ponto para Projetos acima de 200 horas de atividade	4	4
Participação em Projeto de Extensão sob Supervisão de Professor da Instituição de Ensino ³	2 pontos para Projetos acima de 500 horas de atividade	4	8
Publicações de artigos científicos em periódicos com indexação internacional ⁴	2,5 pontos por artigo publicado	4	10
Publicações de artigos científicos em periódicos com indexação nacional ⁴	1,25 pontos por artigo publicado	4	5
Publicação de artigos científicos em periódicos sem indexação ⁴	0,5 pontos por artigo publicado	3	1,5

Publicação de resumo em anais de congresso nacional ⁴	0,2 pontos por resumo	5	1
Apresentação oral em Evento Internacional ⁴	1,5 pontos por apresentação	3	4,5
Apresentação oral em Evento Nacional ⁴	1 ponto por apresentação	6	6
Apresentação oral em Congresso local ou regional ⁴	0,5 pontos por apresentação	3	1,5
Apresentação oral em outros eventos científicos ⁴	0,2 pontos por apresentação	5	1
Apresentação em pôster em Evento Internacional ⁴	0,25 pontos por apresentação	2	0,5
Apresentação em pôster em Evento Nacional ⁴	0,25 pontos por apresentação	6	1,5
Apresentação em pôster em Congresso local ou regional ⁴	0,1 pontos por apresentação	5	0,5
Organização de Congresso	1 pontos por evento	2	2
Organização de Eventos científicos	0,5 ponto por evento	2	1
Participação em Eventos Científicos	0,1 ponto por evento	10	1
Participação em outros eventos científicos	0,1 ponto por evento	10	1
Participação em ligas acadêmicas	0,5 pontos por ano completo de participação	2	1
Premiações na área profissional	2,5 pontos por prêmio obtido	3	7,5
Participação em Projetos Sociais ³	0,5 ponto para cada 100 horas de participação	3	1,5
Língua inglesa ⁵	3 pontos por proficiência em língua inglesa	1	3
Experiência profissional na área profissional	0,5 ponto por semestre concluído	6	3
Certificado de conclusão em Programa de Pós-graduação com prática em área de interesse na especialidade pretendida	2 pontos por certificado	2	2
Certificado de conclusão em Programa de Pós-graduação sem prática em área de interesse na especialidade pretendida	1 ponto por certificado	1	1
Programa de residência credenciado pela CNRMS	5 pontos por programa finalizado	1	5
PONTUAÇÃO MÁXIMA			100

Orientações:

¹ Nenhum dos itens aceitará atividade fracionada ou incompleta

² Realizado em hospital universitário ou com programa de residência

³ Tempo mínimo de 100 horas por atividade para ser pontuado

⁴ O trabalho poderá ser pontuado apenas uma vez, independente do número de periódicos ou congressos em que foi publicado ou apresentado

⁵ A proficiência poderá ser comprovada por meio de atestado de aprovação emitido por instituições conforme abaixo discriminado, sendo o nível apresentado, o mínimo considerado.

Para língua inglesa:

- TEAP
- WAP
- IELTS;
- CAMBRIDGE FCE
- TOEFL
- MICHIGAN

PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA			
TÓPICO	PONTUAÇÃO	No MÁX DE DOCS	TOTAL MÁX DE PONTOS
Realização de Monitoria em Disciplina do Curso de graduação	2 pontos para cada seis meses de monitoria	4	8
Estágio não obrigatório na área profissional	1 ponto para cada 100 horas de estágio	5	5
Bolsa PET (Ministério da Saúde ou Ministério da Educação)	2 pontos para cada 100 horas	3	10
Iniciação Científica sob Supervisão de Professor da Instituição de Ensino	2 pontos para cada 100 horas de atividade	4	8
Participação em Projeto de Extensão sob Supervisão de Professor da Instituição de Ensino	2 pontos para Projetos acima de 100 horas de atividade	4	8
Programa de Voluntariado Acadêmico ou atividade voluntária acadêmica	1 ponto para cada 30 horas	4	4
Publicações de artigos científicos em periódicos com Qualis A1e A2 (área: Saúde Coletiva)	2 pontos por artigo publicado	4	8
Publicação de artigos científicos em periódicos com Qualis B1, B2 e B3 (área: Saúde Coletiva)	1,5 pontos por artigo publicado	4	6
Publicação de artigos científicos em periódicos com Qualis B4 e B5 (área: Saúde Coletiva)	1 ponto por artigo publicado	4	4
Publicação de resumo em anais de eventos científicos	0,5 pontos por resumo	10	5
Apresentação oral ou pôster em eventos científicos	0,25 pontos por apresentação	8	4
Organização de eventos científicos	1 pontos por evento	4	4
Participação em eventos científicos	0,1 pontos por evento	10	1
Premiações na área profissional	2,5 pontos por prêmio obtido	3	7,5
Participação em Projetos Sociais	1 ponto para cada 100 horas de participação	3	3
Língua estrangeira	3 pontos (proficiência em língua inglesa)	1	3
Certificado de conclusão em Programa de Pós-graduação com prática em área de interesse na especialidade pretendida	3 pontos por certificado	3	3
Certificado de conclusão em Programa de Pós-graduação sem prática em área de interesse na especialidade pretendida	2 pontos por certificado	2	2
Declaração de conclusão de Programa de residência credenciado pela CNRMS	5 pontos por declaração	1	5
Certificado de especialização na área da saúde em EAD (+360 horas)	1,5 pontos por certificado	1	1,5
PONTUAÇÃO MÁXIMA			100

Orientações:

A proficiência poderá ser comprovada por meio de atestado de aprovação emitido por instituições conforme abaixo discriminado, sendo o nível apresentado, o mínimo considerado.

Para língua inglesa:

- TEAP
- WAP
- IELTS;
- CAMBRIDGE FCE
- TOEFL
- MICHIGAN

PROGRAMA DE MEDICINA VETERINÁRIA			
TÓPICO¹	PONTUAÇÃO	No MÁXDE DOCS	TOTAL DE PONTOS
Realização de Monitoria Oficial em Disciplina do Curso de graduação	3 pontos para cada seis meses de monitoria	3	9
Realização de Monitoria Voluntária em Disciplina do Curso de graduação	2 pontos para cada seis meses de monitoria	3	6
Estágios não obrigatórios na área profissional ^{2,3}	1 ponto para cada 100 horas de estágio	5	5
Iniciação Científica Oficial sob Supervisão de Professor da Instituição de Ensino ^{3,4}	2 pontos para cada 100 horas de atividade	4	8
Iniciação Científica Voluntária sob Supervisão de Professor da Instituição de Ensino ^{3,4}	2 ponto para cada 100 horas de atividade	3	6
Participação em Projeto de Extensão sob Supervisão de Professor da Instituição de Ensino ^{3,4}	1 ponto para Projetos acima de 200 horas de atividade	3	3
Participação em Projeto de Extensão sob Supervisão de Professor da Instituição de Ensino ^{3,4}	2 pontos para Projetos acima de 500 horas de atividade	3	6
Publicações de artigos científicos em periódicos com indexação internacional ⁵	2,5 pontos por artigo publicado	4	10
Publicações de artigos científicos em periódicos com indexação nacional ⁵	1,5 pontos por artigo publicado	4	6
Publicação de artigos científicos em periódicos sem indexação ⁵	0,5 pontos por artigo publicado	3	1,5
Publicação de resumo em anais de congresso internacional ^{5,6}	0,3 pontos por resumo publicado	5	1,5
Publicação de resumo em anais de congresso nacional ^{5,6}	0,2 pontos por resumo	5	1
Apresentação oral em Congresso Internacional ^{5,6}	1 ponto por apresentação	3	3
Apresentação oral em Congresso Nacional ^{5,6}	0,5 pontos por apresentação	6	3
Apresentação oral em Congresso local ou regional ^{5,6}	0,3 pontos por apresentação	5	1,5
Apresentação oral em outros eventos científicos ^{5,6}	0,2 pontos por apresentação	5	1
Apresentação em pôster em Congresso Internacional ^{5,6}	0,5 pontos por apresentação	6	3
Apresentação em pôster em Congresso Nacional ^{5,6}	0,25 pontos por apresentação	6	1,5
Apresentação em pôster em Congresso local ou regional ^{5,6}	0,1 pontos por apresentação	5	0,5
Organização de Congresso	1 pontos por evento	2	2
Organização de outros eventos científicos	0,5 pontos por evento	2	1
Participação em Congresso	0,25 pontos por evento	8	2
Participação em outros eventos científicos	0,1 pontos por evento	10	1
Participação em ligas acadêmicas	1,0 pontos por ano completo de participação	2	2
Premiações na área profissional	1,5 pontos por prêmio obtido	3	4,5
Participação em Projetos Sociais ³	1 ponto para cada 100 horas de participação	3	3
Língua estrangeira ⁷	1,5 pontos por língua	2	3
Certificado de conclusão em Programa	1,5 pontos por certificado	1	1,5

de Pós-graduação com prática em área de interesse na especialidade pretendida			
Certificado de conclusão em Programa de Pós-graduação sem prática em área de interesse na especialidade pretendida	1 ponto por certificado	1	1
Programa de residência credenciado pela CNRMS	2,5 pontos por programa finalizado	1	2,5
PONTUAÇÃO MÁXIMA			100

¹ Nenhum dos itens aceitará atividade fracionada ou incompleta

² Realizado em hospital universitário ou com programa de residência

³ Tempo mínimo de 100 horas por estágio para ser pontuado

⁴ Somente serão válidos certificados emitidos pelas Pró-reitorias de Pesquisa e Pós-graduação e de Extensão de Instituições de ensino Superior.

⁵ O trabalho poderá ser pontuado apenas uma vez, independente do número de periódicos ou congressos em que foi publicado ou apresentado.

⁶ Devem ser apresentados comprovantes específicos e individuais para cada atividade, isto é, um de participação no congresso, um de publicação nos anais, um de apresentador oral ou na forma de pôster, sempre com o nome do candidato devidamente identificado. Caso seja apresentado um único comprovante, este será validado somente para a atividade para a qual foi emitido.

⁷ A proficiência deverá ser comprovada por meio de atestado de aprovação emitido por instituições conforme abaixo discriminado, sendo o nível apresentado, o mínimo considerado.

Inglês:

- TEAP
- WAP
- IELTS
- CAMBRIDGE FCE
- TOEFL
- MICHIGAN

Espanhol:

- DELE

Alemão

- KDS

Francês

- DELF
- DALF

Italiano

- CELI

Aos candidatos estrangeiros também será exigida a proficiência em língua portuguesa que poderá ser comprovada por meio de atestado de aprovação em exame realizado pela CELPE-BRAS

Etapa 2 = Defesa do Currículo: pontuação máxima 100 pontos. Nesta etapa será realizada a Defesa do Currículo do candidato com a Comissão Julgadora.

A etapa que trata do item anterior versará sobre as atividades previstas nos quesitos da tabela acima, sobre a utilidade futura da residência e sobre a aptidão do candidato para a especialidade pretendida.

Cada membro da Comissão Julgadora atribuirá aos candidatos nota entre zero e cem para esta etapa.

Atribui-se aos candidatos para a Defesa do Currículo nota entre zero e cem, obtida pela média aritmética das pontuações dos examinadores, segundo a tabela abaixo:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA DO ITEM
Capacidade de argumentação em relação aos conteúdos programáticos	20
Capacidade de argumentação e experiência prática em relação à área de concentração	20

pretendida	
Relação entre as expectativas do candidato e a oferta do programa	20
Coerência entre a formação do candidato e a que será ofertada no programa	20
Disponibilidade e dedicação em tempo integral e exclusivo ao Programa de Residência	10
Apresentação e postura profissional	10
Total	100

Conforme o Edital nº 31/2016 em seu item 7.16, a média aritmética da análise e Defesa do Currículo resultará na pontuação da segunda fase, entre zero e 100 pontos e terá peso 5 (cinco) para efeito de pontuação final e classificação dos candidatos.

Esta etapa será realizada no Núcleo de Concursos da UFPR e no Hospital Veterinário e o respectivo ensalamento será divulgado no site do NC/UFPR no dia **02/12/2016**. A banca examinadora será constituída por supervisores e preceptores dos respectivos programas de residência em área profissional ou multiprofissional da saúde.

O não comparecimento na data e horário estabelecidos acarretará na eliminação do candidato.

O candidato deverá trazer os documentos originais que foram anexados eletronicamente para serem consultados pelos membros da banca. Não serão aceitas fotocópias dos documentos.

Os pontos de documentos não apresentados serão anulados e a não veracidade de informações acarretará na eliminação do candidato.

5.4 Classificação final

A classificação final será resultado da soma dos pontos obtidos nas duas fases da seleção conforme fórmula a seguir.

$$(PONTUAÇÃO PROVA TEÓRICA \times 5) + (PONTUAÇÃO ANÁLISE E DEFESA DO CURRÍCULO \times 5): 10$$

Serão convocados para a matrícula os melhores classificados até o preenchimento do número de vagas disponíveis.

5.5 Terceira Fase:

- Matrícula presencial e Ato de Posse, executada e coordenada pelo Núcleo de Concursos (NC) da UFPR, sob supervisão da COREMU da UFPR.

Matrícula Presencial e Assinatura do Contrato

Local: Sala 1 do Anexo B do CHC-UFPR, data e horário conforme abaixo

PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA	DATA	HORA PARA INÍCIO DAS ATIVIDADES
Programa Atenção Hospitalar	27/01/2017	8h00min – 12h00min

* Para os demais programas a matrícula ocorrerá no dia 02/03/2017.

Na ocasião da matrícula presencial, o candidato deverá imprimir o comprovante de matrícula, o contrato e a ficha cadastral, assim como apresentar os documentos **originais e cópias** listados no item 9.5 do Edital nº 31/2016.

Ato de Posse

O ato de posse será realizado no dia **02 de março de 2017**, com a presença do próprio candidato na cerimônia de Posse, a ser realizada de acordo com o quadro abaixo:

PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL E EM	HORA PARA INÍCIO DAS	LOCAL
--	----------------------	-------

ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE	ATIVIDADES	
Atenção Hospitalar	07h30min	Auditório do Setor de Ciências da Saúde da UFPR. R. Padre Camargo, nº 280 – Alto da Glória / Curitiba – PR
Buco-Maxilo-Faciais	08h00 min	Departamento de Estomatologia. Av. Prefeito Lothário Meissner, nº 3.400 – Jardim Botânico / Curitiba – PR
Saúde da Família	08h00 min	Departamento de Saúde Comunitária. R. Padre Camargo, nº 280, 7º andar – Alto da Glória / Curitiba – PR
Medicina Veterinária	08h00 min	Anfiteatro do Hospital Veterinário. R. dos Funcionários, nº 1.540, Juveve / Curitiba – PR

6 Início das Atividades

O início das atividades dos Programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde da UFPR será realizado no dia **02 de março de 2017**, logo após o ato de posse, conforme apresentado acima.

Para os candidatos convocados por meio de suplência até o dia 26/02/2017, o início das atividades ocorrerá conforme os itens 10.1 e 10.2 do Edital nº 31/2016. Para os candidatos convocados no dia 02/03/2017 ou posterior, o início das atividades será imediato.